

# ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 21 • 2014



Editor Científico: João Luís Cardoso

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS  
2014

**Estudos Arqueológicos de Oeiras** é uma revista de periodicidade anual, publicada em continuidade desde 1991, que privilegia, exceptuando números temáticos de abrangência nacional e internacional, a publicação de estudos de arqueologia da Estremadura em geral e do concelho de Oeiras em particular.

Possui um Conselho Assessor do Editor Científico, assim constituído:

- Dr. Luís Raposo (Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa)
- Professor Doutor João Zilhão (Universidade de Barcelona e ICREA)
- Doutor Laure Salanova (CNRS, Paris)
- Professor Doutor Martín Almagro Gorbea (Universidade Complutense de Madrid)
- Professor Doutor Rui Morais (Universidade do Minho)

## ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 21 • 2014      ISSN: 0872-6086

EDITOR CIENTÍFICO - João Luís Cardoso  
DESENHO E FOTOGRAFIA - Autores ou fontes assinaladas  
PRODUÇÃO - Gabinete de Comunicação / CMO  
CORRESPONDÊNCIA - Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras  
Fábrica da Pólvora de Barcarena  
Estrada das Fontainhas  
2745-615 BARCARENA

Os artigos publicados são da exclusiva responsabilidade dos Autores.

Aceita-se permuta  
*On prie l'échange*  
*Exchange wanted*  
*Tauschverkehr erwünscht*

ORIENTAÇÃO GRÁFICA E

REVISÃO DE PROVAS - João Luís Cardoso e Autores

PAGINAÇÃO - M. Fernandes

IMPRESSÃO E ACABAMENTO - Grificamares, Lda. - Amares - Tel. 253 992 735

DEPÓSITO LEGAL: 97312/96

## **OUTURELA I E OUTURELA II, DOIS PEQUENOS SÍTIOS DA IDADE DO FERRO A NORTE DO ESTUÁRIO DO TEJO (CONCELHO DE OEIRAS)\***

### ***OUTURELA I AND OUTURELA II, TWO SMALL IRON AGE SETTLEMENTS NORTH OF THE TAGUS ESTUARY (OEIRAS COUNCIL)***

João Luís Cardoso,<sup>1</sup> Ana Margarida Arruda,<sup>2</sup> Elisa Sousa<sup>2</sup> & Miguel Rego<sup>3</sup>

#### **Abstract**

Outurela I and II are two small Iron Age settlements, located in low altitudes, separated by only 500 m, apparently focused in agricultural and husbandry activities. The archaeological fieldwork that took place during the 80's allowed the recovery of a significant set of artifacts, mostly ceramics. The thorough study of these materials and its comparative analyses with data available from other sites in the Tagus estuary, enable us to verify a strong connection among them (both with similar low altitude sites and with main riverside settlements as, for example, Lisbon). The existence of a considerable dense settlement network during the 5<sup>th</sup> and 4<sup>th</sup> centuries BC becomes evident, even if its origin may be related by links of either cooperation or subordination. On the other hand, the available data seems to indicate a relative antiquity of Outurela II in view of Outurela I, even if its contemporaneity is clear during the 5<sup>th</sup> century BC.

*Keywords:* Iron Age, pottery, cooperation, subordination, settlement network.

## **1 – A IDENTIFICAÇÃO DO SÍTIO**

Em Maio de 1985 foi comunicada à Câmara Municipal de Oeiras pela Direcção da Associação de Moradores 18 de Maio, da Outurela, a identificação, em corte efectuado no terreno para ampliação de um bairro de habitação social ali existente, de vestígios arqueológicos constituídos por fragmentos cerâmicos que acompanhavam o que parecia ser uma estrutura horizontal constituída por blocos basálticos.

Ao mesmo tempo, o autor desta identificação, e co-signatário da presente comunicação (M.R.) transmitiu-a também ao Dr. Clementino Amaro, então arqueólogo do Instituto Português do Património Cultural (IPPC), que confirmou o interesse dos achados.

---

\*Trabalho realizado com base nas escavações dirigidas por J. L. C. efectuadas em estreita colaboração com M.R. Os capítulos 1 e 2 são da autoria de J.L.C.; o capítulo 3 foi elaborado por E.S. (cerâmica), A.M.A (metais) e J.L.C. (espólios líticos e faunísticos); os capítulos 4 e 5 são da responsabilidade de A.M.A., E.S. e J.L.C. A coordenação geral do trabalho foi de J.L.C. Os desenhos dos materiais devem-se a Filipe Martins e a L.B. Ferreira (CEACO/CMO), exceptuando a Fig. 39, da autoria de J.A.S. Rodrigues. Os créditos fotográficos são de J.L.C.

<sup>1</sup>Universidade Aberta (Lisboa) e Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras), CEACO/CMO. cardoso18@netvisao.pt

<sup>2</sup>UNIARQ, Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. a.m.arruda@fl.ul.pt; e.sousa@campus.ul.pt

<sup>3</sup>Câmara Municipal de Castro Verde.

Na sequência das informações transmitidas às duas Instituições mencionadas por Miguel Rego, foi um de nós (J.L.C.) contactado, tanto pela Câmara Municipal de Oeiras, como pelo Dr. Clementino Amaro, no sentido de dar o seguimento mais adequado àquela descoberta. Desta forma, foi por aquele remetido, a 15 de Julho de 1985, ofício ao Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, sublinhando-se o interesse científico daquela ocorrência, justificando-se a realização da pretendida intervenção arqueológica.

Obtida, pelo primeiro signatário, a respectiva autorização por parte do IPPC, a escavação viria a decorrer sob sua orientação e coma participação de Miguel Rego e de Isabel Magalhães, entre os finais de Julho e os finais de Setembro de 1995, tendo sido viabilizada pelo subsídio concedido pela edilidade no montante de 50 000\$00.

Do ponto de vista geomorfológico, a estação implantava-se no sopé de uma colina basáltica bem evidente na paisagem a Mama Sul (Fig. 1), voltada para sul e para o estuário do Tejo, que, apesar da curta distância, não se vislumbra do local (Fig. 2).

Geologicamente, trata-se no extenso afloramento basáltico de idade finiscretácica o Complexo Vulcânico de Lisboa, aqui representado por tufos mais ou menos friáveis e alterados.

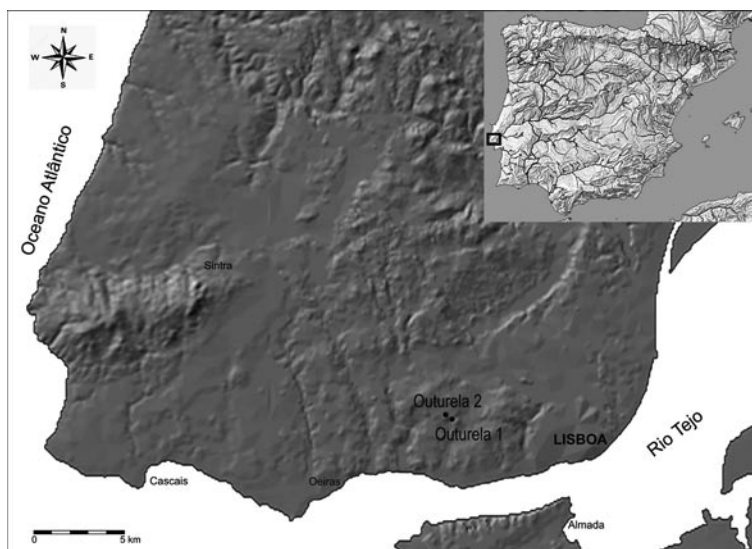
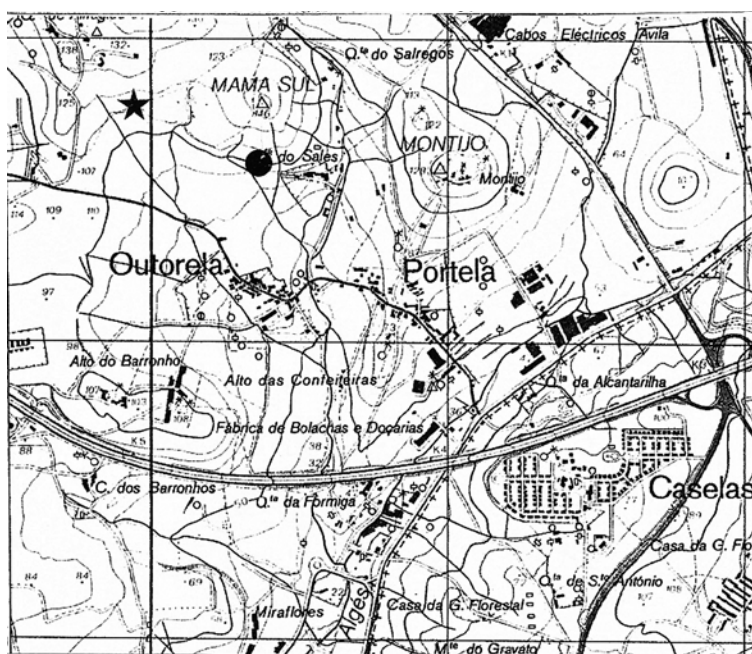


Fig. 1 – Em cima, localização de Ourela I e II na Carta Militar de Portugal à escala de 1/25 000, Folha 431 (1970), Lisboa, Serviços Cartográficos do Exército; em baixo, implantação de Ourela I e II na região da Baixa Estremadura.

## 2 – TRABALHOS REALIZADOS, RESULTADOS OBTIDOS

### 2.1 – Ourela I

A implantação da zona escavada encontrava-se à partida grandemente condicionada pelas alterações à topografia inicial do terreno provocadas pela construção de socacos destinados à fundação do bairro social. Desta forma, foi estabelecida uma quadrícula métrica orientada de acordo com a frente de escavação do



**Fig. 2** – Vista geral de poente para nascente da área de implantação de Outurela I, situada em primeiro plano, ao centro, em encosta suave, observando-se à esquerda a serra de Monsanto e, em último plano, as cristas das escarpas da margem sul do rio Tejo.

talude. No final dos trabalhos, a área escavada era de 29 m<sup>2</sup>, com o comprimento de 11 m e a largura máxima de 5 m.

A escavação revelou a existência de uma única camada arqueológica, anteriormente exposta pelo corte de um dos socalcos, sendo a seguinte, de cima para baixo (CARDOSO, 1985):

- C. 1 – terra vegetal anegrada, com blocos basálticos dispersos; escassos materiais arqueológicos, misturados com materiais modernos (0,15 m);
- C. 2 – camada arqueológica, constituída por dois níveis dificilmente separáveis:
  - Nv. 1 – horizonte pedregoso, em parte constituído por derrubes de estruturas arqueológicas, sem materiais modernos (0,15 m);
  - Nv. 2 – horizonte pedregoso, assente no substrato geológico, constituído pelo embasamento das estruturas arqueológicas e pelos derrubes das mesmas (0,20 m);
- C.3 – substrato geológico, constituído por tufos basálticos muito fissurados e regularizado como piso de carácter habitacional.

Em 1985 identificou-se um troço de estrutura rectilínea constituída por blocos basálticos não aparelhados, com as faces bem definidas, desprovido de qualquer material ligante (Fig. 3 e Fig. 4). A espessura assinalável desta estrutura, cerca de 0,90 m, torna problemática a possibilidade de poder corresponder a um muro de habitação de planta ortogonal; ao contrário do observado naqueles casos, em que é evidente o alinhamento de blocos de maiores dimensões na definição dos respectivos paramentos externo e interno, correspondendo a construções de espessura menor, que em regra não ultrapassa 0,50 m, neste caso a estrutura integra blocos equidimensionais de tamanho dispostos num único plano, directamente assente no substrato geológico previamente regularizado, não sendo também o seu desenvolvimento rigorosamente rectilíneo, mas sim

arqueado, como se evidencia em planta (Fig. 5). Assim, é mais provável que pudesse corresponder ao embasamento de uma estrutura que se desenvolveria superiormente em taipa ou adobes, de desenvolvimento ligeiramente arqueado, podendo corresponder a delimitação de um recinto a céu aberto; mas o seu escasso desenvolvimento impede maiores certezas.

Esta estrutura parece articular-se, numa das extremidades, com um lajeado constituído por blocos basálticos de dimensões muito superiores, dispostos horizontalmente (Fig. 6); embora bem conservada na parte que não foi cortada pela máquina aquando da regularização do terreno, não foi possível, por se encontrar incompleta, atribuí-la a elemento de uma estrutura habitacional. A identificação de uma lareira em área imediatamente adjacente a este lajeado, definida por grandes fragmentos de recipientes colocados sobre a terra, servindo assim de embasamento à estrutura, propícios à conservação do calor (Fig. 7), torna plausível que este pudesse integrar o piso de uma habitação ou uma área exterior a ela funcionalmente ligada.

Embora se tratasse de escavação de emergência, que importava não prolongar por tempo excessivo, tendo em vista a prossecução da construção do bairro social, os resultados obtidos aconselhavam à realização de uma segunda campanha de escavações, a qual se veio a efectuar no ano seguinte.

Aprovado o relatório de 1985, foi autorizada a prossecução dos trabalhos arqueológicos em 1986, uma vez mais sob a direcção do primeiro dos signatários, beneficiando, tal como no ano anterior, de um subsídio de 50 000\$00 concedido pela Câmara Municipal de Oeiras. Participaram nos trabalhos, para além de Miguel Rego e de Isabel Magalhães, Isabel Rodrigues, José A. Severino Rodrigues, Jorge Afonso da Silva Paulo e Bernardo L. B. Ferreira, então colaboradores do primeiro signatário em outros trabalhos arqueológicos. Os mesmos decorreram nos meses de Setembro e Outubro, tendo, com a sua conclusão, cessado qualquer impedimento que, do ponto de vista arqueológico impedisse a continuação das obras de construção do bairro social. A área



**Fig. 3** – Vista da área escavada de Outurela III, tirada para norte; em último plano, observa-se o topo do vértice geodésico Mama Sul.



**Fig. 4** – Outurela I. Vista parcial da área escavada em 1985. Em primeiro plano, a estrutura linear constituída por uma única fiada de blocos basálticos equidimensionais; em segundo plano a área lajeada, que esteve na origem da identificação da estação.

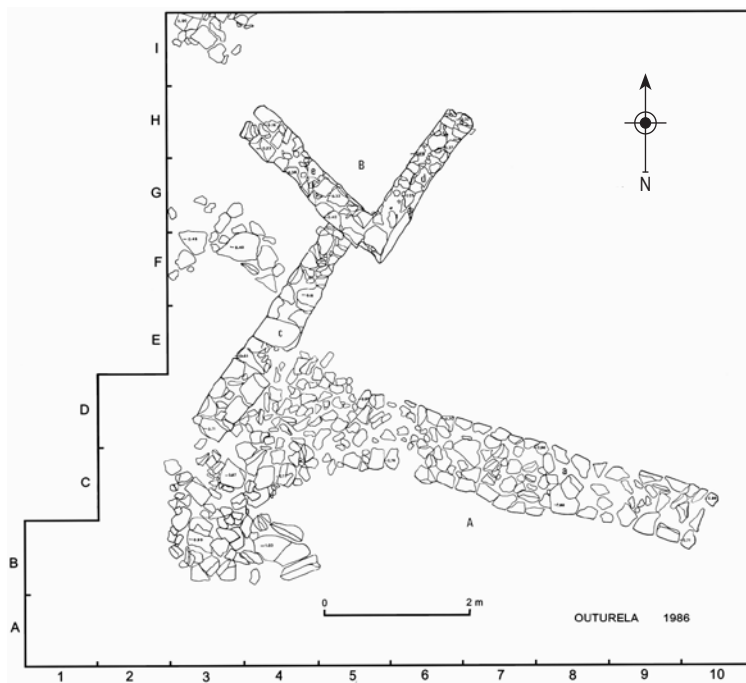


Fig. 5 - Outurela I. Planta da área escavada.

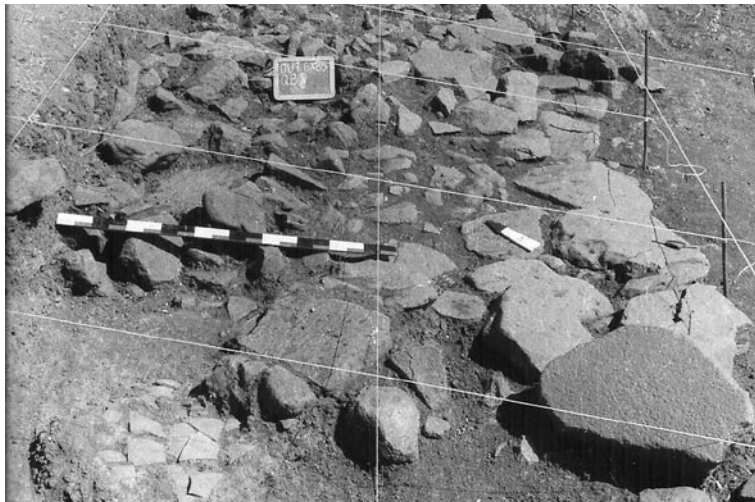


Fig. 6 - Outurela I. Em primeiro plano, localização de lareira constituída por grandes fragmentos de recipientes, formando superfície regular propícia à acumulação do calor, situada na adjacência do lajeado cortado pela máquina ao executar os taludes de escavação para as fundações da ampliação do bairro social 18 de Maio.

quais por vezes correspondem à espessura total do muro, observando-se, em ambos os lados deste, abundantes derrubes (Fig. 10), que parecem indicar que as paredes desta habitação eram de alvenaria, ou pelo menos uma parte muito significativa das mesmas, e não apenas o seu embasamento. Não foi possível relacionar seguramente este muro com nenhuma unidade arquitectónica mais complexa; no entanto, dado que a sua extremidade setentrional se encontra interrompida por um conjunto constituído por dois muros ortogonais, fazendo canto de um compartimento perfeitamente definido (Fig. 11), é crível que o referido muro possa integrar

escavada, que correspondeu ao alargamento da anterior, atingiu, na sua totalidade, 87 m<sup>2</sup>, com o comprimento máximo de 11 m e a largura máxima de 9 m (Fig. 8).

A estratigrafia observada é idêntica à que fora descrita no ano transacto com a existência de uma única camada arqueológica, à qual se associam restos de estruturas e materiais arqueológicos, confirmando-se a extensão da regularização do substrato geológico, constituído por tufo basálticos, relacionado com a implantação das referidas estruturas.

Com o significativo alargamento da área escavada em 1986, foi possível concluir a escavação da estrutura linear posta a descoberto em 1985, a qual se encontra rematada numa das suas extremidades por três blocos basálticos de dimensões idênticas às dos restantes, dispostos transversalmente (Fig. 9). Tal remate da estrutura coincide com o sobrelevamento local do substrato geológico, pelo que a solução de continuidade assim criada não se relacionará com qualquer passagem, ou entrada, o que veio sublinhar a dificuldade de lhe atribuir uma qualquer funcionalidade. Para o lado oriental deste remate, não se identificaram quaisquer outros vestígios construtivos, passando o substrato a ser ali aflorante.

Na área setentrional da escavação surgiu um muro rectilíneo, com cerca de 0,40 m de espessura, definido por alinhamento de grandes blocos, os



**Fig. 7** – Outurela I. Pormenor do embasamento de lareira da Fig. 6.



**Fig. 8** – Outurela I. Vista geral da área escavada em 1996, observando-se diversas estruturas e os correspondentes derrubes, constituídos por blocos basálticos.



**Fig. 9** – Outurela I. Remate da estrutura linear identificado em 1986, depois de posta completamente à vista (ver Fig. 4).



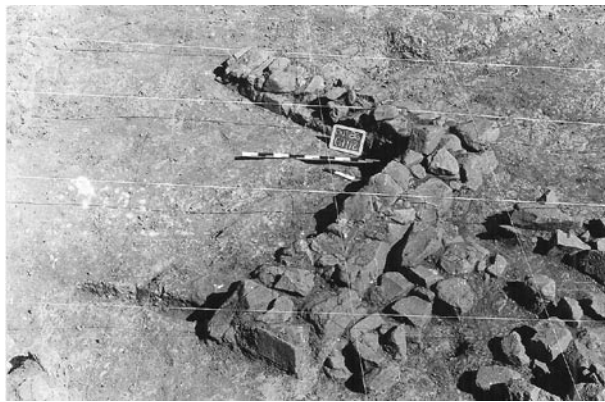
**Fig. 10** – Outurela I. Vista de trecho do embasamento de muro rectilíneo, com abundantes blocos dele derivados, tombados para ambos os lados.

unidade arquitectónica constituída por vários compartimentos. É interessante observa-se que as extremidades de ambos os muros ortogonais se encontram rematadas por blocos dispostos transversalmente, indício de que não tinham continuidade no terreno, pelo menos com recurso a alvenaria (Fig. 12). Esta realidade pode ter





**Fig. 11** – Outurela I. Vista parcial da área escavada em 1986, depois de limpa dos derrubes das estruturas. À esquerda, em primeiro plano, embasamento de dois muros ortogonais, ambos rematados por blocos colocados transversalmente, indicio de que a sua continuidade seria garantida de outra forma. Do lado direito, muro que poderá corresponder a outro compartimento da mesma habitação, o qual se estende até à zona lajeada, situada do lado direito, já fora do limite da fotografia. Em segundo plano, a estrutura linear definida por blocos basálticos equidimensionais (ver Fig. 4 e Fig. 9).



**Fig. 12** – Outurela I. Os dois muros ortogonais da Fig. 11, assentes no substrato basáltico regularizado.

sido determinada pelo sobre-elevamento do substrato geológico, corporizado por um socalco, contra o qual um desses muros se foi encostar (Fig. 13). No lado externo desse muro (o situado do lado oriental), identificou-se uma acumulação constituída por pequenos fragmentos ósseos e cerâmicos, embalados em matriz terrosa escura (Fig. 14), que poderá corresponder a uma zona de despejo doméstico (Fig. 15).

Em 1986 concluiu-se a escavação da área lajeada identificada anteriormente, cuja situação, na periferia



**Fig. 13** –Outurela I. Pormenor do muro nascente da Fig. 12, evidenciando-se o desnível do substrato basáltico que explica a sua interrupção no terreno.



**Fig. 14** – Outurela I. Depósito rico de matéria orgânica, com restos faunísticos e abundantes fragmentos cerâmicos de pequenas dimensões, atribuível a entulheira resultante de despejos domésticos acumulados no lado externo do muro da habitação de planta ortogonal da Fig. 13.



**Fig. 15** – Outurela I. Pormenor da acumulação de despejos domésticos da Fig. 14.



**Fig. 16** – Outurela I. Em primeiro plano, o lajeado parcialmente visível na Fig. 6, depois de completamente posto a descoberto em 1986.



**Fig. 17** – Outurela I. Pormenor do lajeado da Fig. 16, evidenciando-se a sua constituição por grandes blocos basálticos.

dos muros identificados naquele ano, pertencentes uma ou várias habitações (Fig. 16), bem como o grande tamanho dos blocos basálticos que a integram, aparentemente incompatíveis com a hipótese de forrarem o chão de uma habitação (Fig. 17), faz crer que correspondam antes a espaço a céu aberto, de circulação de pessoas.

A publicação dos resultados obtidos em 1985 e 1986, bem como dos espólios mais significativos, integrou trabalho de síntese sobre a presença humana na região ribeirinha do estuário do Tejo, integrado no catálogo da exposição organizada na Fundação Calouste Gulbenkian em 1987 sobre a Arqueologia do vale do Tejo (CARDOSO, 1987). Depois desta primeira publicação alusiva à estação, e embora esta tenha sido ulteriormente mencionada de forma recorrente, bem como alguns dos espólios recolhidos (CARDOSO, 1990, 1995, 1996a, 1996b, 2004, 2011; CARDOSO & CARREIRA, 1993), nenhum estudo de carácter monográfico viria a ser até agora produzido sobre este sítio, a que se juntou um outro, de características idênticas, intervencionado em 1988, a seguir caracterizado.

## 2.2 – Outurela II

No decurso da segunda campanha de escavações, Miguel Rego informou o primeiro signatário de que, a cerca de 500 m do local explorado em 1985 e 1986, reconheceu outra ocorrência semelhante, denunciada por fragmentos cerâmicos semelhantes, à superfície do solo (Fig. 1). A visita ali efectuada confirmou o interesse arqueológico do local, correspondendo, tal como o anterior, a encosta voltada a sul, suave e agricultada, embora ainda não afectada pelas construções modernas, ao contrário do verificado no local explorado anteriormente. Foi designado por Outurela II, distinguindo-se assim da estação anterior, que passou a ser conhecida por Outurela I, implantando-se a 110 m de altitude, cerca de 10 m acima da cota desta última.

Decorridos dois anos sobre aquela visita, as condições de conservação desta segunda estação arqueológica alteraram-se drasticamente, por via da expansão urbanística daquela zona, com a abertura de vias de circulação envolvendo escavações e aterros, para além do despejo de entulhos nas vizinhanças do local de interesse arqueológico. Desta forma, foi decidido realizar ali nova escavação de emergência, cuja autorização, por parte do IPPC foi solicitada pelo primeiro signatário, por ofício de 1 de Maio de 1988, responsável pela indispensável articulação institucional, tanto com o referido Instituto, como com a Câmara Municipal de Oeiras,

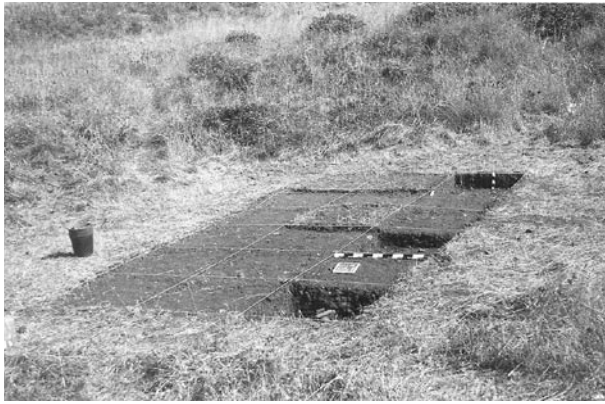


Fig. 18 – Outurela II. Vista do início dos trabalhos.

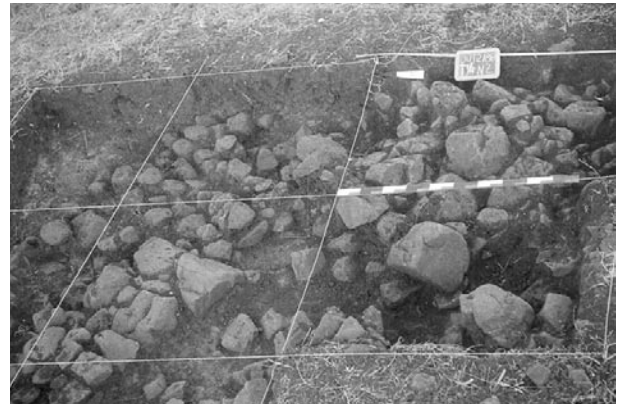


Fig. 19 – Outurela II. Troço de muro rectilíneo, evidenciado pelo alinhamento das faces de grandes blocos basálticos.

para onde se remeteriam os espólios que viessem a ser exumados, juntando-se ali aos que foram recolhidos em Outurela I.

Os trabalhos decorreram de forma intermitente durante os meses de Junho e Julho de 1988, contando para o efeito, com um subsídio de 100 000\$00 atribuído pelo IPPC, tendo neles participado, para além do signatário e de Miguel Rego, os estudantes Leonel Fernandes Spencer, Carlos Monteiro de Sousa, João Silva Nazário, Jorge Antunes Gonçalves, Rui Gameira Borges e Luís da Silva Policarpo, colaboradores do responsável científico em outros trabalhos arqueológicos.

A escavação iniciou-se pela abertura de área com 5 por 4 m (Fig. 18), mas, como se atingiu rapidamente em parte da mesma o substrato geológico, foi aberto um outro sector, distanciado 5 m do primeiro, o qual, no final, se estendeu ao sector inicialmente explorado, tendo-se atingido a área de 15 m<sup>2</sup>. O local investigado limitado microtopograficamente por pequeno ressalto no terreno, protegendo-o da área então agricultada, correspondendo a um pequeno núcleo habitacional, talvez de menores dimensões do que o de Outurela I.

A estratigrafia apresentava-se, tal como a de Outurela I, muito simples, já que o nível superficial, com materiais modernos, remexidos pelo arado, não vai além de 0,20 m, sucedendo-se a única camada arqueológica, correspondente à estrutura identificada e aos materiais cerâmicos e associados, assentes no substrato geológico, constituído, tal como no caso anterior, por tufo basáltico friável do Complexo Vulcânico de Lisboa.

Um troço de muro rectilíneo, rematado numa das extremidades, com as mesmas características dos encontrados em Outurela I, com cerca de 0,40 m de espessura, constituído por blocos de basalto irregulares, aparentemente desprovido de argamassa (Fig. 19), assentando directamente no substrato geológico, regularizado para o efeito, era tudo o que restava de primitiva habitação de planta ortogonal.

Enfim, os espólios arqueológicos, exclusivamente constituídos por restos cerâmicos, concentravam-se abundantemente em três zonas no terreno, conforme é ilustrado na respectiva planta (Fig. 20), dispostas de um dos lados e junto do remate do único muro identificado, pelo que é plausível que tais locais correspondam, como em Outurela I, ao exterior da habitação, e resultem da realização de lareiras, cujo embasamento era constituído por fragmentos cerâmicos, por forma a permitir a melhor conservação do calor desenvolvido pelo fogo.

### 3 – ESTUDO DOS ESPÓLIOS

#### 3.1 – Análise do conjunto cerâmico

##### 3.1.1 – Outurela I

Os artefactos cerâmicos inventariáveis recolhidos no decurso das intervenções arqueológicas realizadas em Outurela I perfazem um total de 189 exemplares (141 NMI) e são divisíveis em cinco categorias: ânforas (5,67%), cerâmica de engobe vermelho (0,71%), cerâmica cinzenta (39,72%), cerâmica comum (49,65%) e cerâmica manual (4,26%).

As **ânforas** (Fig. 21 e Fig. 22) estão representadas por 24 fragmentos (8 NMI) e correspondem, na sua grande maioria, a produções da área do estuário do Tejo, que foram recentemente sistematizadas (SOUSA & PIMENTA, 2014).

Um deles (Fig. 21, n.º inv. 133) é integrável no Tipo 1 que integra morfologias claramente inspiradas nas variantes mais tardias das ânforas do tipo 10.1.2.1 de Ramon Torres. O início da produção destes contentores na área do Tejo parece remontar à fase orientalizante, apesar desta forma permanecer nos repertórios artefactuais regionais até, pelo menos, aos meados do 1.º milénio a.C., de acordo com os dados recolhidos na Rua dos Correeiros (SOUSA, 2014, p. 97-99; SOUSA & PIMENTA, 2014). Variantes mais tardias, concretamente do Tipo 3 (1 NMI) e, sobretudo, do Tipo 4 (5 NMI, Fig. 21, n.º inv. 74, 82, 172, 174), encontram-se mais bem representadas no sítio oeirense. Trata-se de formas muito características em toda a área do Estuário do Tejo nos meados do 1.º milénio a.C., podendo, eventualmente, perdurar até ao século III a.C. (SOUSA & PIMENTA, 2014).

Deve ainda referir-se a identificação de um fragmento de uma ânfora de aparente produção malagenha (1 NMI, Fig. 21, n.º inv. 138), cujas características morfológicas e o ressaltado na separação entre o bordo e o corpo da peça permitem a sua inclusão no tipo 10.1.1.1 de Ramon Torres, cuja cronologia se centra entre os meados do século VIII e a primeira metade da centúria seguinte (RAMON TORRES, 1995, p. 230). A presença deste fragmento no conjunto de Outurela I não deixa de causar alguma estranheza, uma vez que todos os materiais associados integram uma cronologia centrada em meados do 1.º milénio a.C., sendo difícil considerar a possibilidade de uma sua utilização ao longo de quase duzentos anos. Por outro lado, recuar a cronologia de Outurela I para a fase inicial da chegada de populações fenícias ao estuário do Tejo é difícil de defender com base numa única peça. De facto, trata-se de um achado isolado, e é o único que pode ser datado de momento tão arcaico na área a ocidente de Lisboa. Sendo prematuro tecer grandes interpretações com base neste único fragmento, teremos de esperar que no futuro possam ser identificadas novas realidades ao nível da ocupação sidérica desta região que permitam um enquadramento mais adequado deste achado.

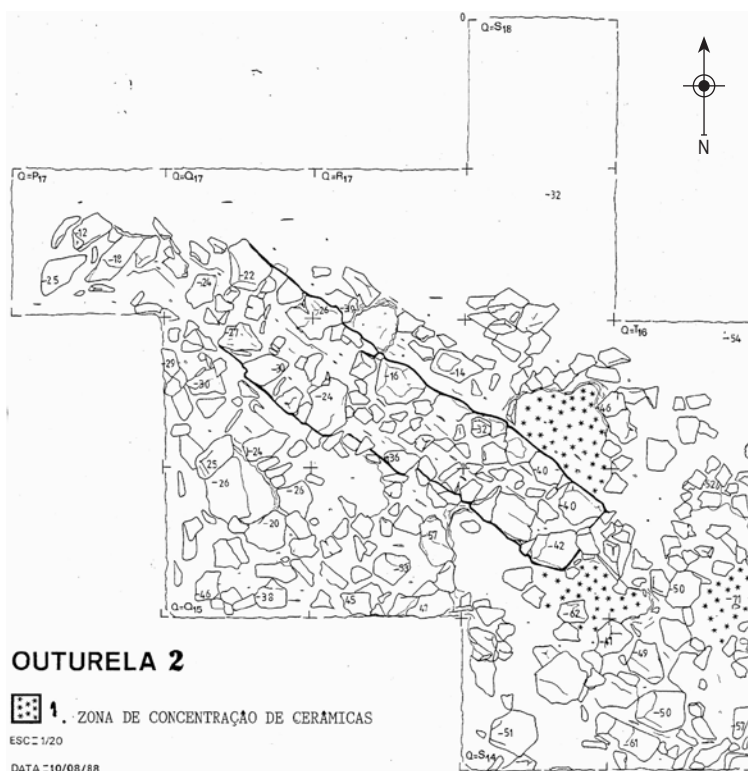


Fig. 20 – Outurela II. Planta da área escavada.

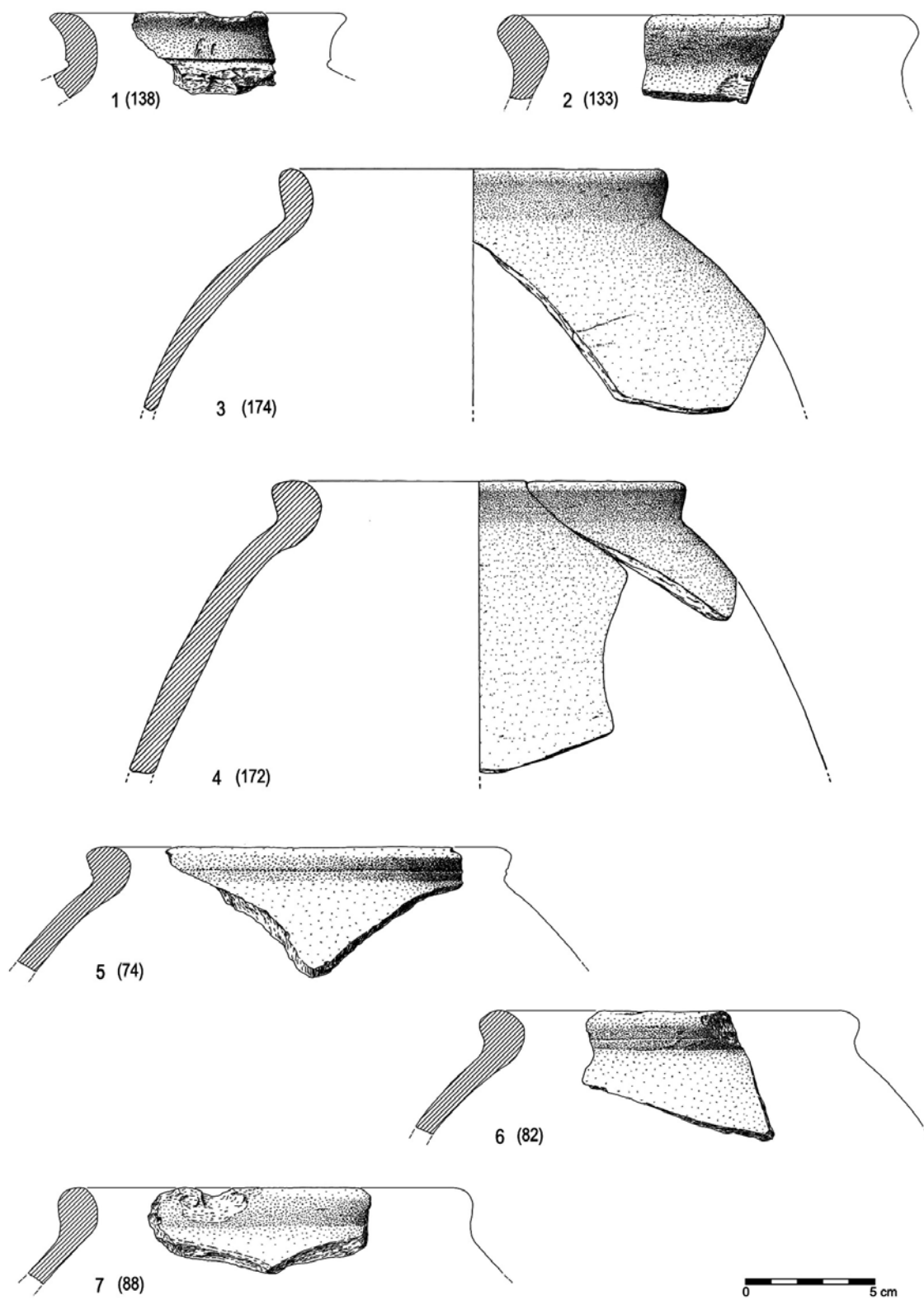


Fig. 21 - Outurela I. Ânforas.

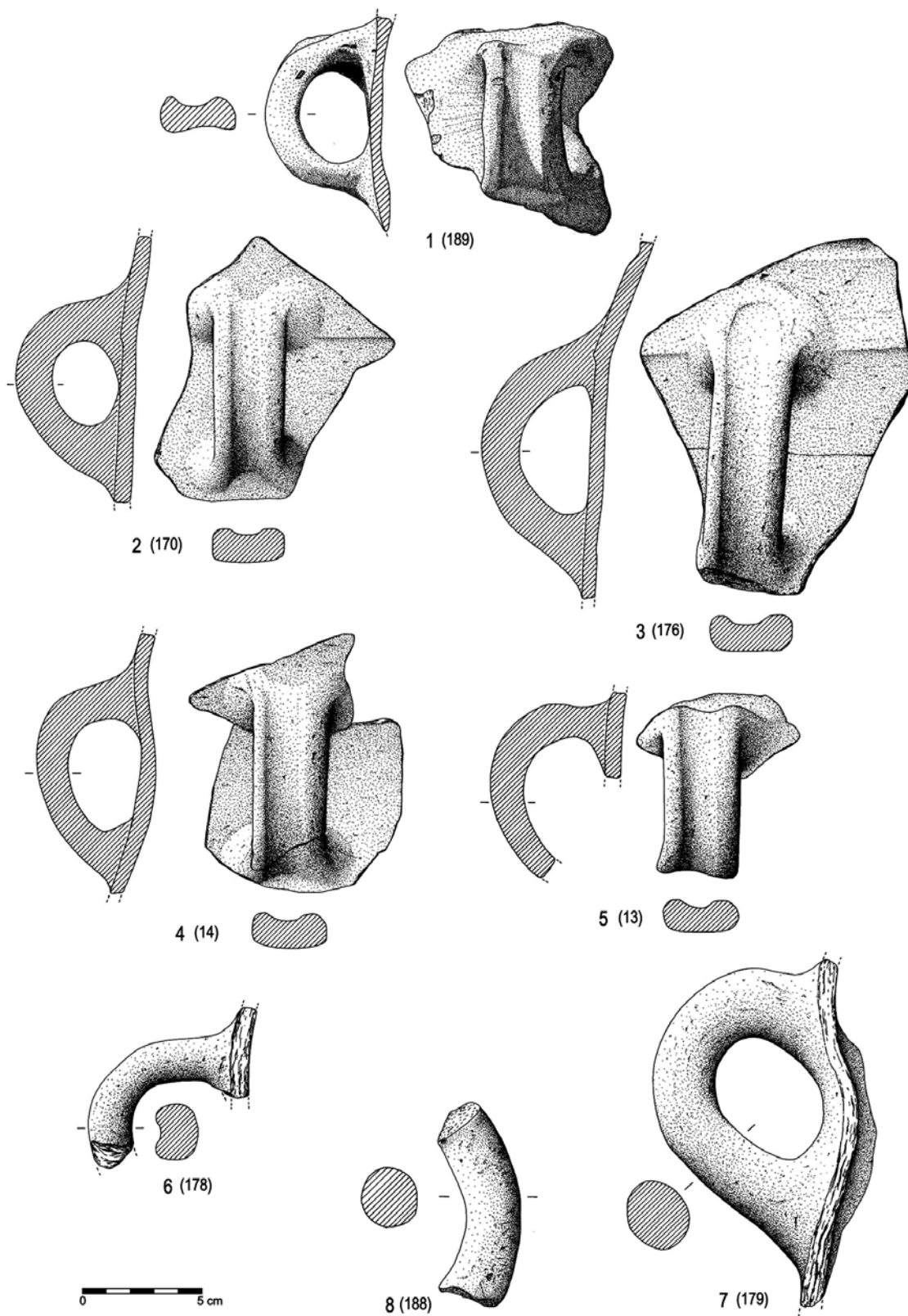


Fig. 22 - Outurela I. Ânforas.

Entre o conjunto anfórico de Outurela I, deve ainda referir-se a existência de 16 fragmentos de asas (Fig. 22), cujas secções variam entre perfis circulares (3 exemplares), ovais (2 exemplares) e ainda ovalados, exibindo um sulco acentuado na área externa (11 exemplares), uma particularidade individualizante das produções centro-atlânticas (SOUSA, 2014, p. 104-105; SOUSA & PIMENTA, 2014).

Por outro lado, parece importante assinalar que uma parte significativa destes materiais (5 fragmentos) apresenta vestígios da aplicação de um engobe branco na superfície externa, uma característica também ela típica destas produções regionais.

A **cerâmica de engobe vermelho** está representada no conjunto por um único fragmento (1 NMI). Trata-se de uma carena (Fig. 23, n.º inv. 60) que pode corresponder quer a uma tigela da variante 1Ba estabelecida para a Rua dos Correeiros, quer a um prato/pátera da variante 3Ba (SOUSA, 2014, p. 119 e p. 122). Conserva vestígios de engobe na superfície interna e as características do seu fabrico enquadram-se, com facilidade, no que foi designado por Grupo 1 no sítio da Baixa de Lisboa (SOUSA, 2014, p. 115).

O conjunto de **cerâmica cinzenta** (Fig. 23, com excepção do exemplar com o n.º inv. 60, Fig. 24 e Fig. 25) é abundante, perfazendo um total de 73 fragmentos (56 NMI), integrando sobretudo formas apropriadas ao serviço de mesa. Neste grupo, 13 exemplares (13 NMI) não permitiram uma classificação formal específica, dadas as suas reduzidas dimensões. As características macroscópicas das pastas coincidem, mais uma vez, com dois dos grupos de fabrico identificados na Rua dos Correeiros, em Lisboa (Grupo II e III – SOUSA, 2014, p. 131).

A forma mais bem representada neste conjunto corresponde às tigelas de perfil hemisférico, particularmente à variante 1Aa da Rua dos Correeiros (SOUSA, 2014), de bordo arredondado e geralmente engrossado internamente (16 NMI – Fig. 23, n.º inv. 151, 57, 56, 38, 45, 46, 104, 110). Outras formas afins, mas com paredes mais rectilíneas (variante 1Ab – 6 NMI), estão também representadas (Fig. 24, n.ºs inv. 136, 131, 47, 37). Um outro exemplar que pode ser igualmente integrado entre os recipientes de tipo tigela, distingue-se dos anteriores por apresentar uma carena suave e alta, característica que permite a sua integração na variante 1Ba (1 NMI – Fig. 24, n.º inv. 59).

Os pratos de cerâmica cinzenta são uma forma bastante característica dos meados do 1.º milénio a.C. no estuário do Tejo, estando representados em Outurela I por 4 fragmentos (3 NMI). O exemplar com o perfil melhor conservado (Fig. 25, n.º inv. 39), com carena acentuada, encontra os seus melhores paralelos na área envolvente, concretamente em Gamelas 3 (CARDOSO & SILVA, 2013, p. 372, Fig. 14), nos Moinhos da Atalaia (SOUSA 2014, p. 387 – n.º 73/181/1), na Amadora, e em Freiria (CARDOSO & ENCARNÇÃO, 2013, p. 143, Fig. 20, n.º 5; p. 161, n.ºs 14 a 16), em Cascais, integrando-se na variante 2Ba estabelecida para a cerâmica cinzenta do Estuário do Tejo (SOUSA, 2014, p. 290). Apesar de ainda não existirem dados contextuais suficientes para determinar com precisão a cronologia desta forma, a sua ausência entre o repertório da Rua dos Correeiros pode ser um indicador de um fenómeno mais tardio, possivelmente já de momentos avançados do século IV a.C. (SOUSA, 2014, p. 238). Outros dois fragmentos (Fig. 25, n.º inv. 54, 58) exibem características que os diferenciam da forma anterior, concretamente a presença de um bordo aplanado, a partir do qual se desenvolveria uma parede aparentemente convexa. Esta forma corresponderá seguramente a uma nova variante da cerâmica cinzenta do estuário do Tejo, sendo admissível propor uma cronologia centrada na segunda metade do 1.º milénio a.C., possivelmente também a partir do séc. IV a.C. Recipientes com estas características estão, até ao momento, pouco representados na região, reconhecendo-se, contudo, a sua existência nos níveis pré-romanos de Freiria (CARDOSO & ENCARNÇÃO, 2013, Fig. 20, n.º 2; Fig. 23, n.º 1).

Uma outra morfologia bem atestada no conjunto de cerâmica cinzenta de Outurela I integra os pequenos potes do tipo 3 da Rua dos Correeiros, concretamente nas suas variantes 3Aa (2 NMI, Fig. 25, n.º 48, 124)

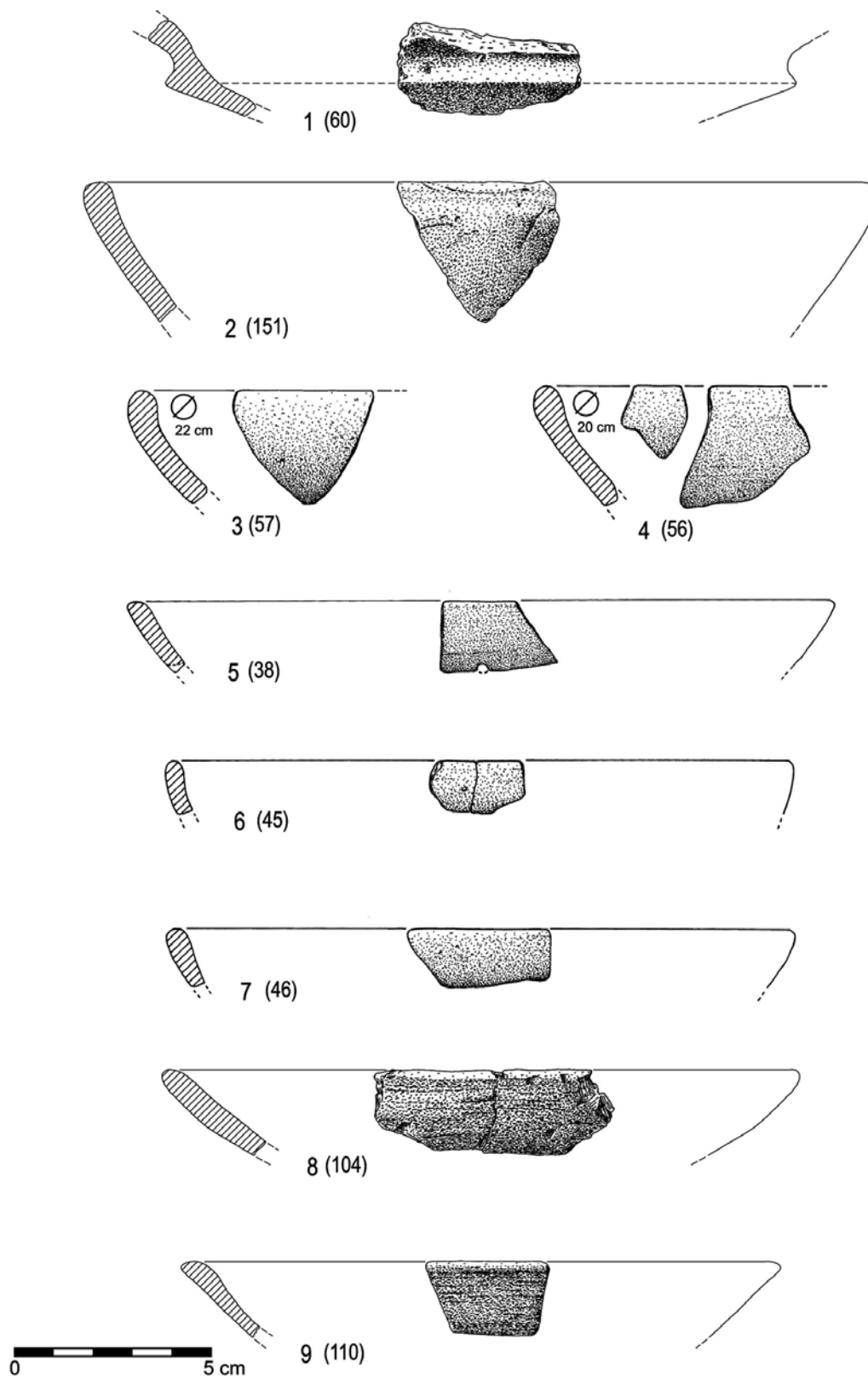


Fig. 23 - Outurela I. Cerâmicas cinzentas, exceptuando-se o exemplar com o n.º inv. 60, produção de engobe vermelho.



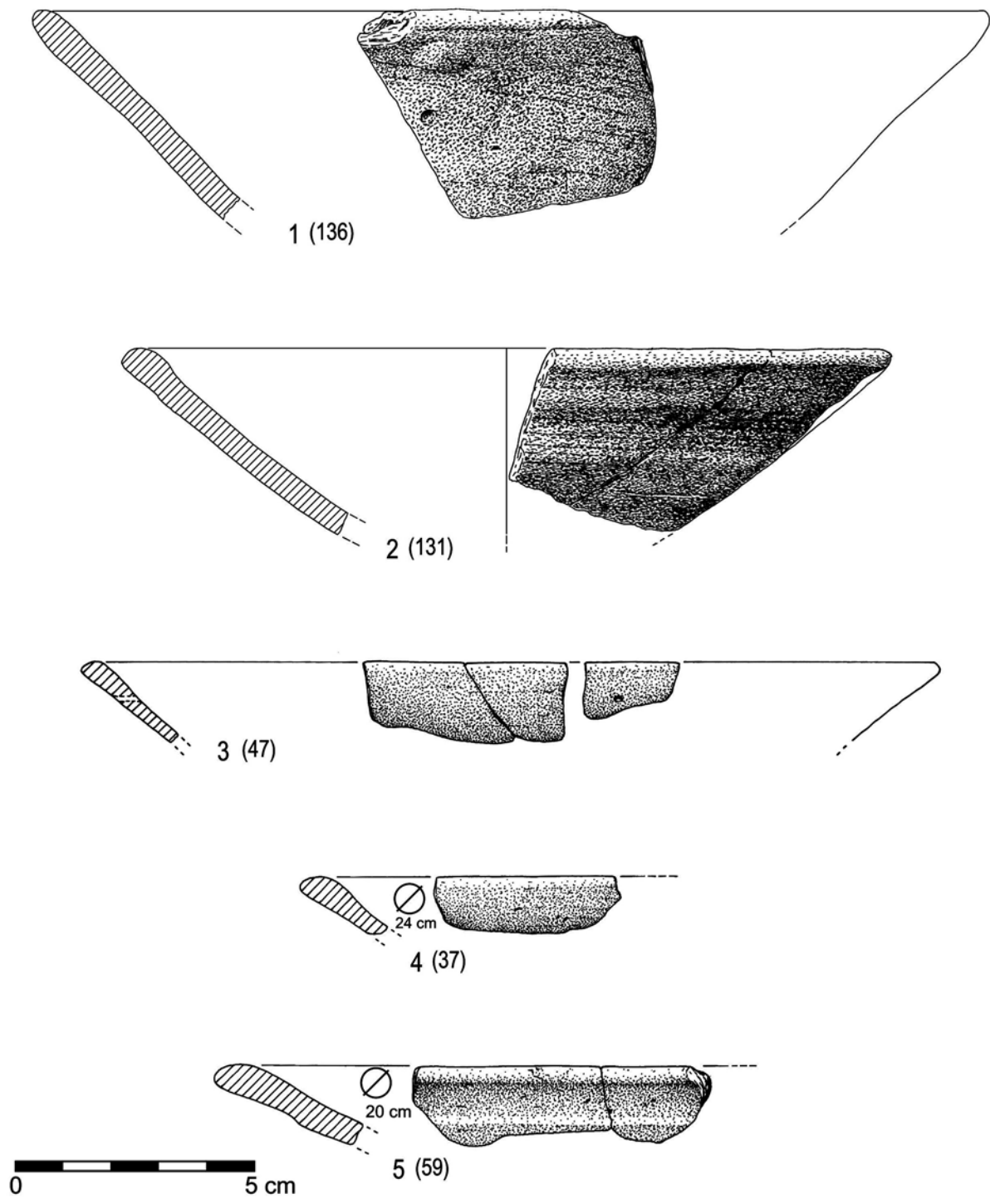


Fig. 24 - Outurela I. Cerâmicas cinzentas.

e, sobretudo, 3Ba (11 NMI, Fig. 25, n.º inv. 44, 43, 42, 49, 50, 52, 53, 152, 160, 163). Trata-se de recipientes característicos da fachada central atlântica a partir do séc. V a.C., sendo provavelmente utilizados para o consumo de líquidos (SOUSA, 2014, p. 137).

Entre os vasos fechados, identificou-se ainda um pote (1 NMI, Fig. 26, n.º inv. 11), de corpo aparentemente globular, que exibe uma asa de secção oval que arranca do bordo, características que possibilitam a sua inclusão na variante 4Aa.1 da Rua dos Correeiros (SOUSA 2014, p. 141).

Por último, deve registar-se a presença de dois jarros de cerâmica cinzenta (2 NMI, Fig. 26, n.º inv. 10, 185; Fig. 27), de bordo extrovertido, do qual arranca uma asa de secção circular, um colo alto e um corpo globular. O exemplar mais bem conservado tem o colo decorado com três nervuras. Exemplos com idênticas características foram recuperados na estação de Gamelas 3 (CARDOSO & SILVA, 2013).

No conjunto de cerâmica cinzenta de Outurela I integram-se ainda 13 fragmentos de fundo de perfil diversificado. Os mais frequentes são os fundos convexos (8 fragmentos, Fig. 26, n.º inv. 27, 28, 139, 29), de diâmetro reduzido, que, com grande probabilidade, correspondem à parte inferior dos pequenos potes do tipo 3 e/ou às tigelas do tipo 1. Outros, de maior diâmetro (Fig. 26, n.º inv. 31), pertencerão seguramente a formas fechadas de maiores dimensões, como é o caso dos potes do tipo 4. Fundos anelares são também expressivos em termos numéricos (4 fragmentos, Fig. 26, n.º inv. 33, 34, 35), correspondendo, provavelmente, às bases dos pratos do tipo 2. Em todo o conjunto, registou-se apenas um fundo de perfil plano, com pé destacado (Fig. 26, n.º inv. 30).

Entre os fragmentos de paredes, foram inventariados dois exemplares que apresentam nervuras na superfície externa (Fig. 26, n.º inv. 40, 41) e uma carena (Fig. 26, n.º inv. 55), que podem corresponder indiscriminadamente a recipientes do tipo 3 ou 4.

A **cerâmica comum** é a categoria mais abundante em Outurela I, totalizando 85 fragmentos (70 NMI), dos quais apenas seis (6 NMI) não permitiram uma classificação tipológica específica.

A esmagadora maioria dos exemplares integram dois dos grupos de fabrico definidos para a Rua dos Correeiros (Grupo I e Grupo III – SOUSA, 2014, p. 145), existindo apenas duas peças (1 NMI) que poderão corresponder a produções locais. Infelizmente, nenhum destes últimos (um bordo e uma asa) permitiu uma classificação tipológica específica.

Tal como ocorre na cerâmica cinzenta, as tigelas de perfil hemisférico, geralmente com o bordo engrossado na área interna (variante 1Aa da Rua dos Correeiros), são a forma mais abundante (27 NMI, Fig. 28, n.º inv. 2, 3, 4, 19, 21, 22, 23, 32, 60, 61, 62, 63, 69, 167, 168). Vários destes exemplares (7 fragmentos) exibem vestígios da aplicação de um engobe branco na superfície externa e, em alguns casos, também na interna, uma característica típica das produções da área do Tejo (SOUSA, 2014, p. 145). Tigelas com paredes mais rectilíneas da variante 1Ac (4 NMI, Fig. 29, n.º inv. 1, 5, 20) constam também do repertório artefactual. Um outro exemplar, de bordo extrovertido e aplanado e paredes que indicam um recipiente de menor profundidade, é integrável na variante 1Bd (1 NMI, Fig. 29, n.º inv. 134).

Vasos fechados, de tipo pote ou panela, são também expressivos no conjunto. Entre estes, destaca-se uma presença muito significativa de painéis do tipo 10Aa da Rua dos Correeiros (18 NMI, Fig. 29, n.º inv. 6, 8, 9, 64, 65, 70, 73), e particularmente da sub-variante 10Aa.1 (5 NMI, Fig. 30, n.º inv. 15, 16, 36, 169, 132), que se distingue pela presença de uma série de caneluras na parte superior do corpo, característica essa presente também em vários fragmentos de parede (Fig. 30, n.º inv. 17, 18, 24, 25). É de assinalar que, do total de exemplares que integram o tipo 10Aa, apenas dois apresentam um fabrico um pouco mais cuidado (Grupo I da Rua dos Correeiros). Os restantes exibem pastas menos depuradas e mais resistentes (Grupo III da Rua dos Correeiros) e, muito frequentemente, sinais de exposição ao fogo na superfície externa, o que evidencia,

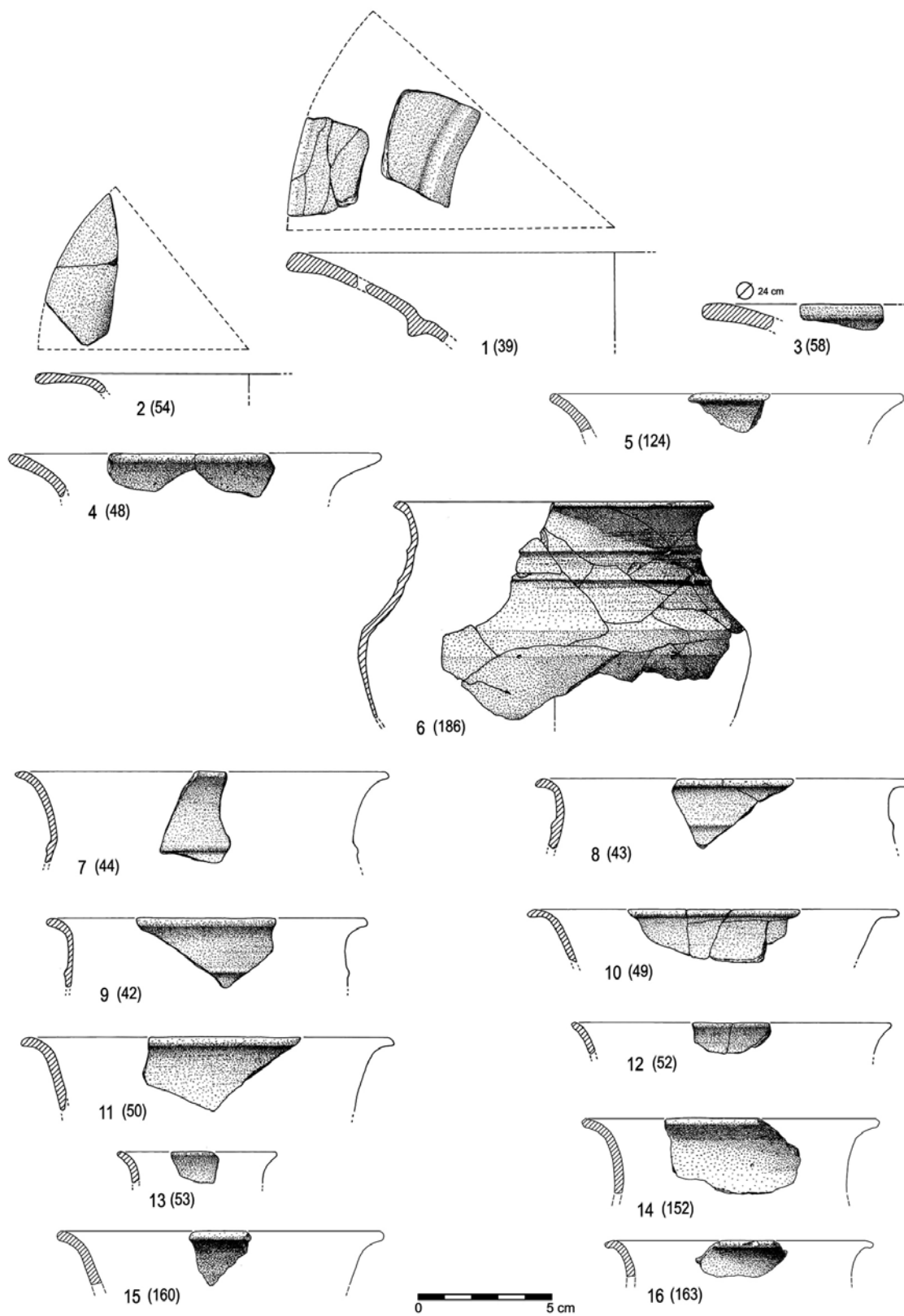


Fig. 25 – Outurela I. Cerâmicas cinzentas.

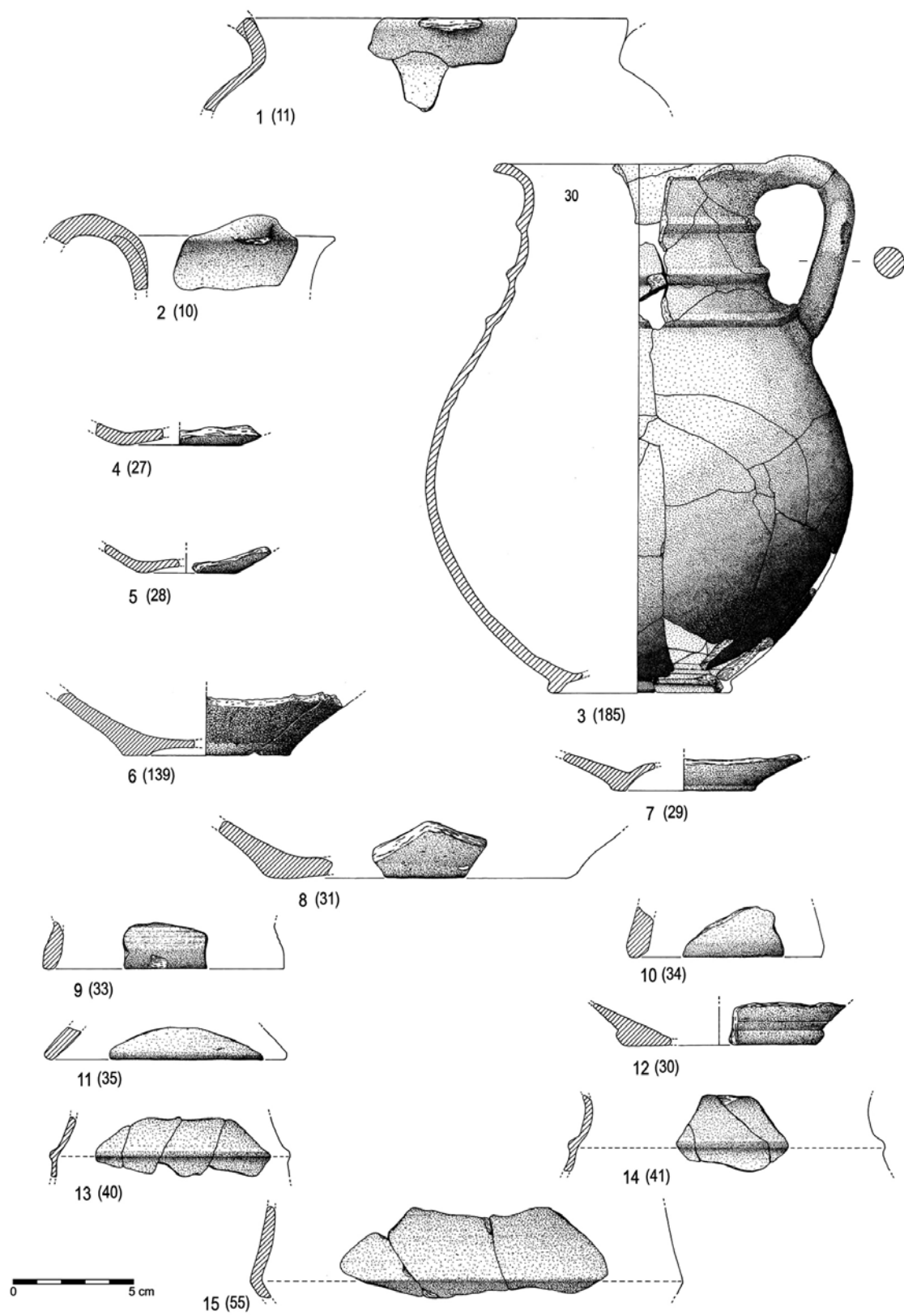


Fig. 26 – Outurela I. Cerâmicas cinzentas.

uma vez mais, a utilização preferencial desta forma/fabrico para a confecção de alimentos (SOUSA, 2014, p. 169). Peças idênticas, quer em termos morfológicos, quer em termos de fabrico, aparecem com frequência nos sítios sidéricos da área do Tejo a partir de meados do 1.º milénio a.C., como é o caso de Gamelas 3 (CARDOSO & SILVA, 2013), em Oeiras, Moinhos da Atalaia (PINTO & PARREIRA, 1978; SOUSA 2014) e Baútas (SOUSA, 2014), na Amadora. No conjunto dos potes e/ou panelas, destaca-se ainda a presença de vasos com bordo pendente e apontado (variante 10Ba – 3 NMI, Fig. 30, n.º inv. 171, 173, 130), ou arredondado (variante 10Bb – 2 NMI, Fig. 31, n.º inv. 7, 86), um dos quais com engobe branco na superfície externa, e ainda um exemplar com colo mais alto e bordo arredondado (variante 10Cb – 1 NMI, Fig. 31, n.º inv. 142).

O repertório artefactual da cerâmica comum de Outurela I integra ainda um conjunto de vasos com diâmetro reduzido e colo alto que podem corresponder a jarros. Integram-se na variante 11Aa (2 NMI, Fig. 31, n.º inv. 70, 71) e na sub-variante 11Aa.1 (1 NMI, Fig. 31, n.º inv. 12), com asa de secção ovalada.

Por último, no conjunto de cerâmica comum de Outurela I contam-se ainda cinco fragmentos de asas, de secção circular (2 fragmentos, Fig. 31, n.º inv. 177) e ovalada (3 fragmentos, Fig. 31, n.º inv. 67, 68), quatro fundos em ônfalo, que correspondem muito provavelmente a potes e/ou panelas (Fig. 31, n.º inv. 76), e duas paredes com saliências externas (Fig. 31, n.º inv. 51, 66).

O conjunto cerâmico de Outurela I inclui ainda alguns fragmentos de **cerâmica manual** (6 NMI), um dos quais (1 NMI) é impossível de classificar quanto à forma. Os restantes correspondem a potes de perfil em S (2 NMI), de bordo extrovertido (Fig. 32, n.º inv. 150) ou de perfil mais suave (Fig. 31, n.º inv. 153), potes de bordo vertical (1 NMI, Fig. 32, n.º inv. 154) e tigelas de paredes arqueadas (1 NMI, Fig. 32, n.º inv. 155) ou verticais (1 NMI, Fig. 32, n.º inv. 166).

Esta cerâmica manual corresponde uma produção claramente local, tendo sido possível identificar grãos de minerais ferromagnesianos de coloração escura, típicos das áreas basálticas, entre os seus componentes não plásticos. A sua presença no conjunto de Outurela I reveste-se de considerável importância, atendendo especialmente ao facto de o local não ter sido ocupado em outras épocas, ao contrário da maioria dos outros sítios de cariz agrícola da região, como é o caso, por exemplo, do Moinho da Atalaia, onde a presença de ocupações mais antigas dificultou a compreensão do verdadeiro peso da cerâmica manual no repertório cerâmico da Idade do Ferro. A pouca expressividade destas produções em Outurela I indica que estas cerâmicas terão assumido uma função essencialmente utilitária (sobretudo para a confecção de alimentos), eventualmente compensando carências momentâneas na rede de abastecimento, situação já verificada na Rua dos Correiros, em Gamelas III (CARDOSO & SILVA, 2013) e na “Sepultura do Rei Mouro”, em Sintra (SOUSA, 2014, p. 185 e p. 275).

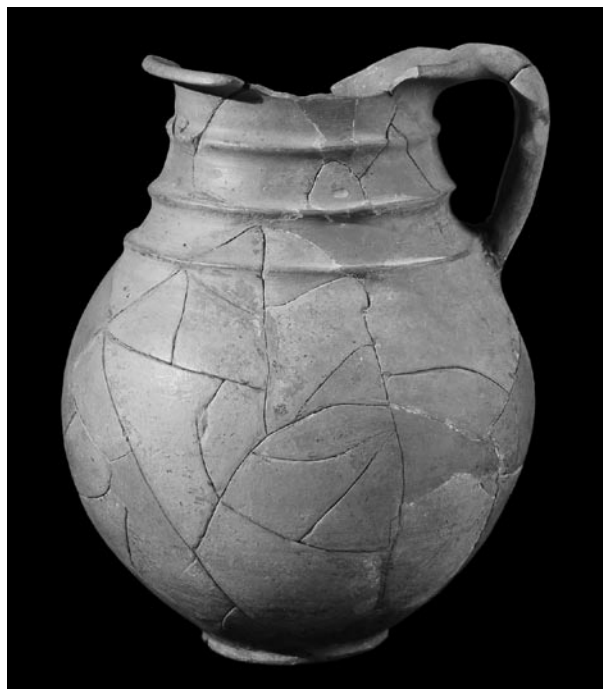


Fig. 27 – Outurela I. Jarro de cerâmica cinzenta fina (ver Fig. 26, n.º inv. 185).

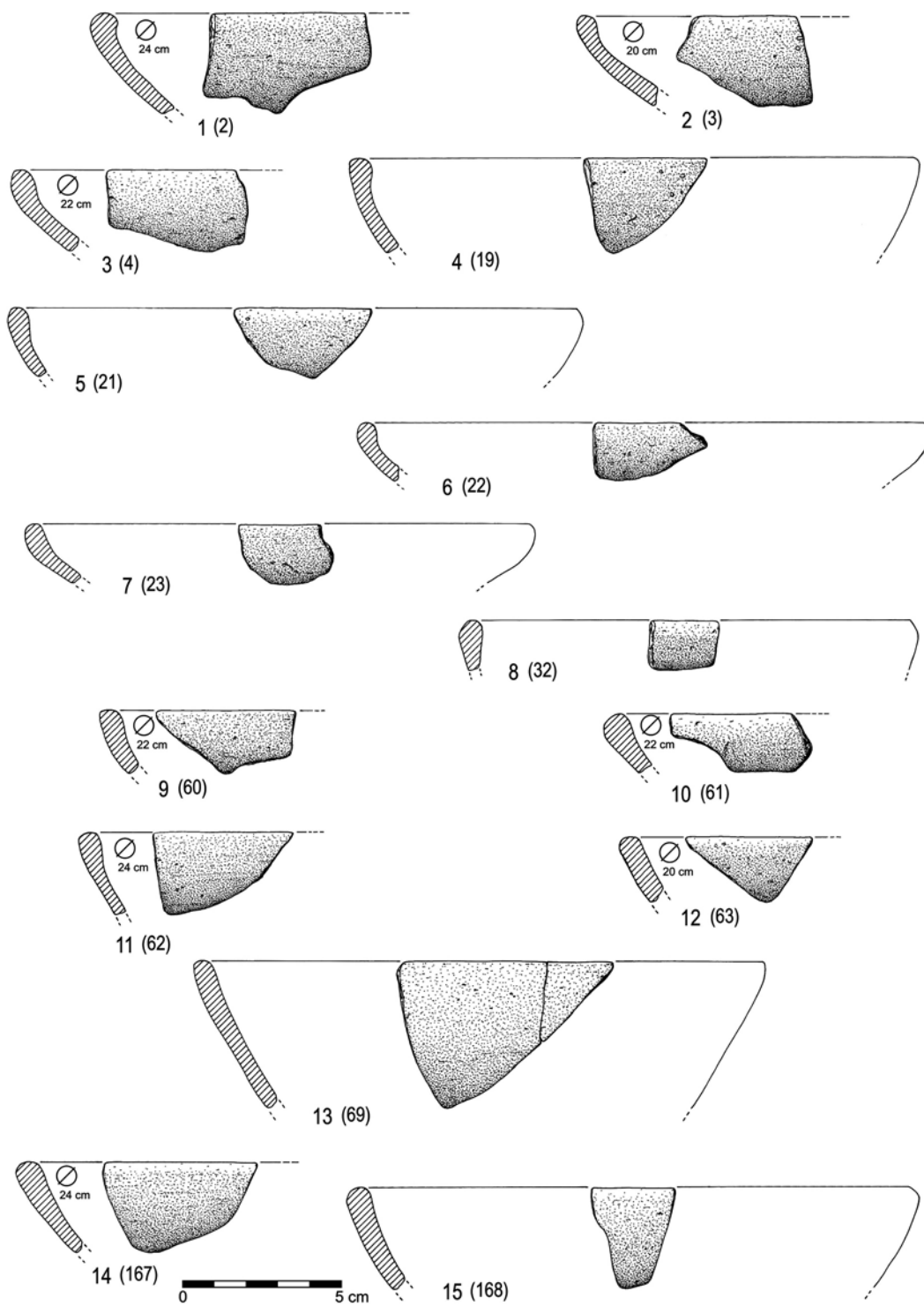


Fig. 28 – Outurela I. Cerâmica comum.

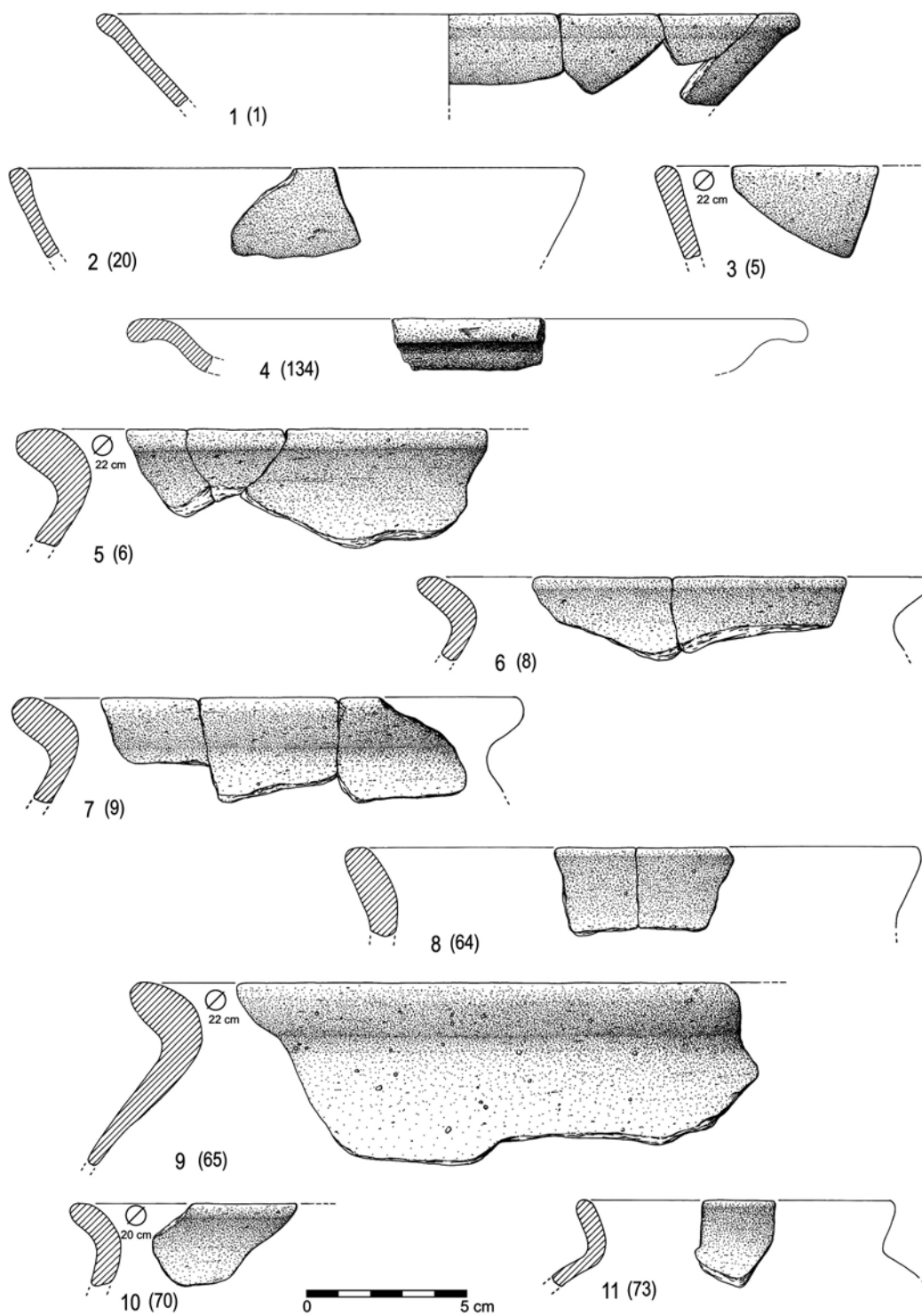


Fig. 29 – Outurela I. Cerâmica comum.

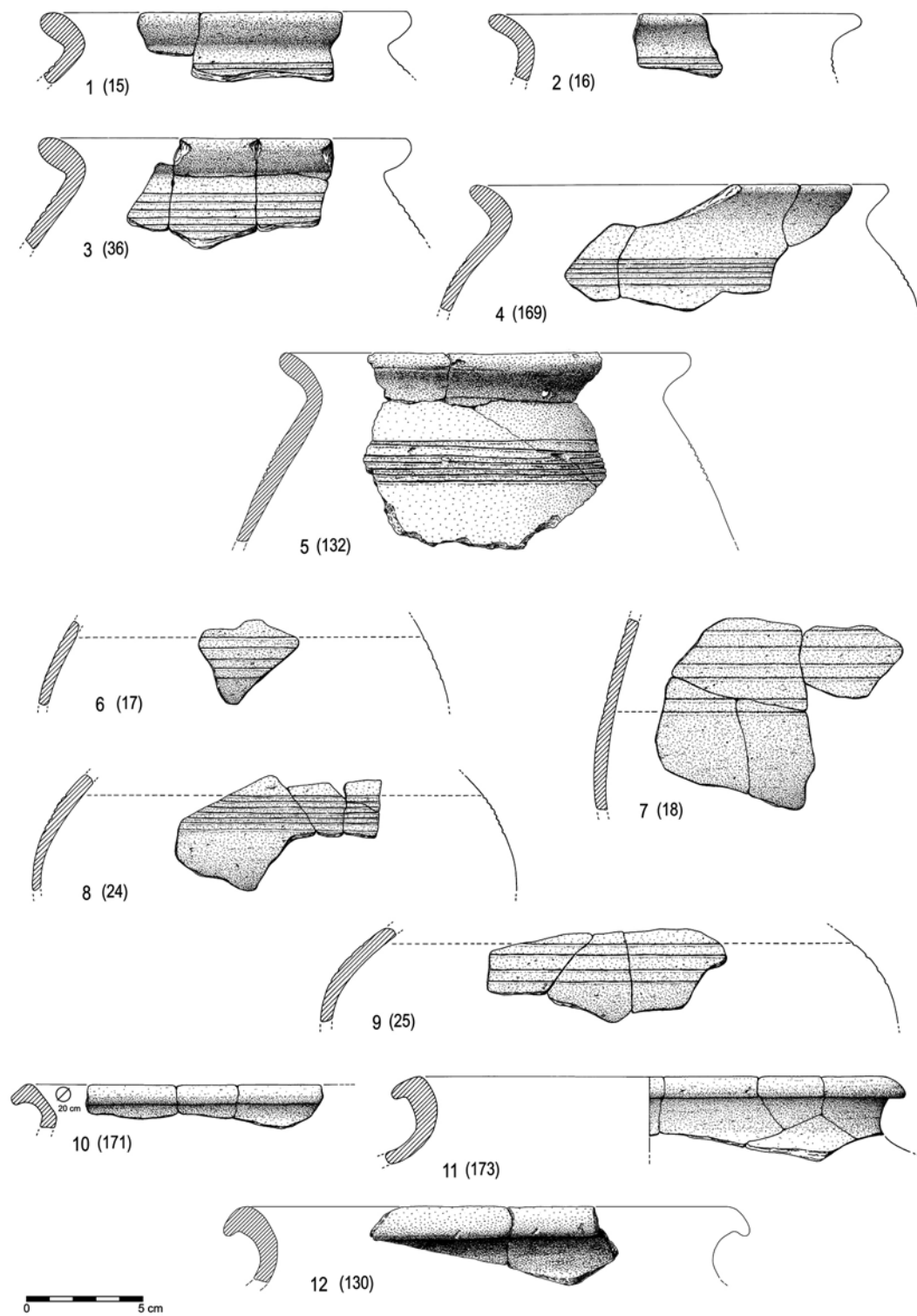


Fig. 30 – Outurela I. Cerâmica comum.



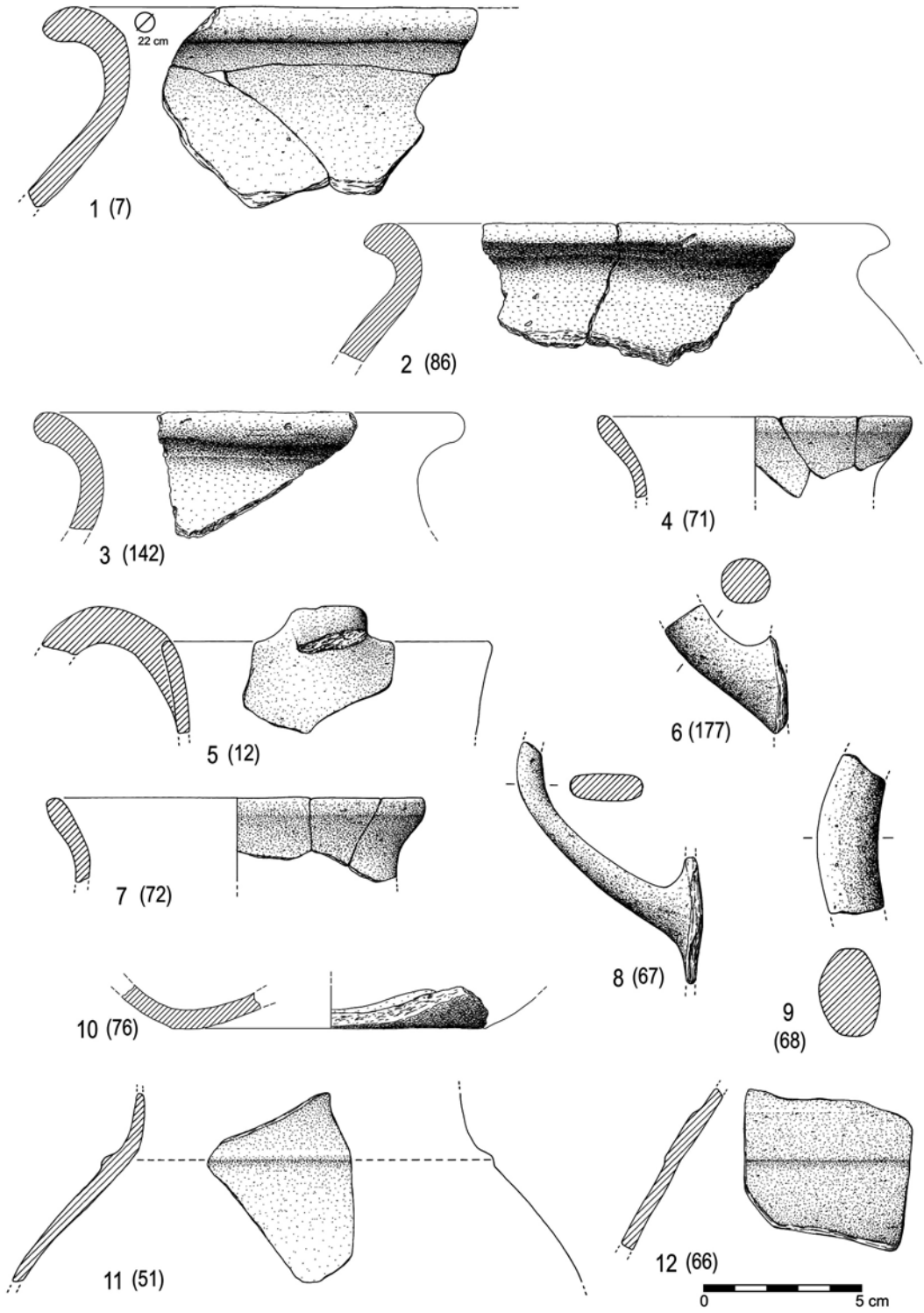


Fig. 31 - Outurela I. Cerâmica comum.

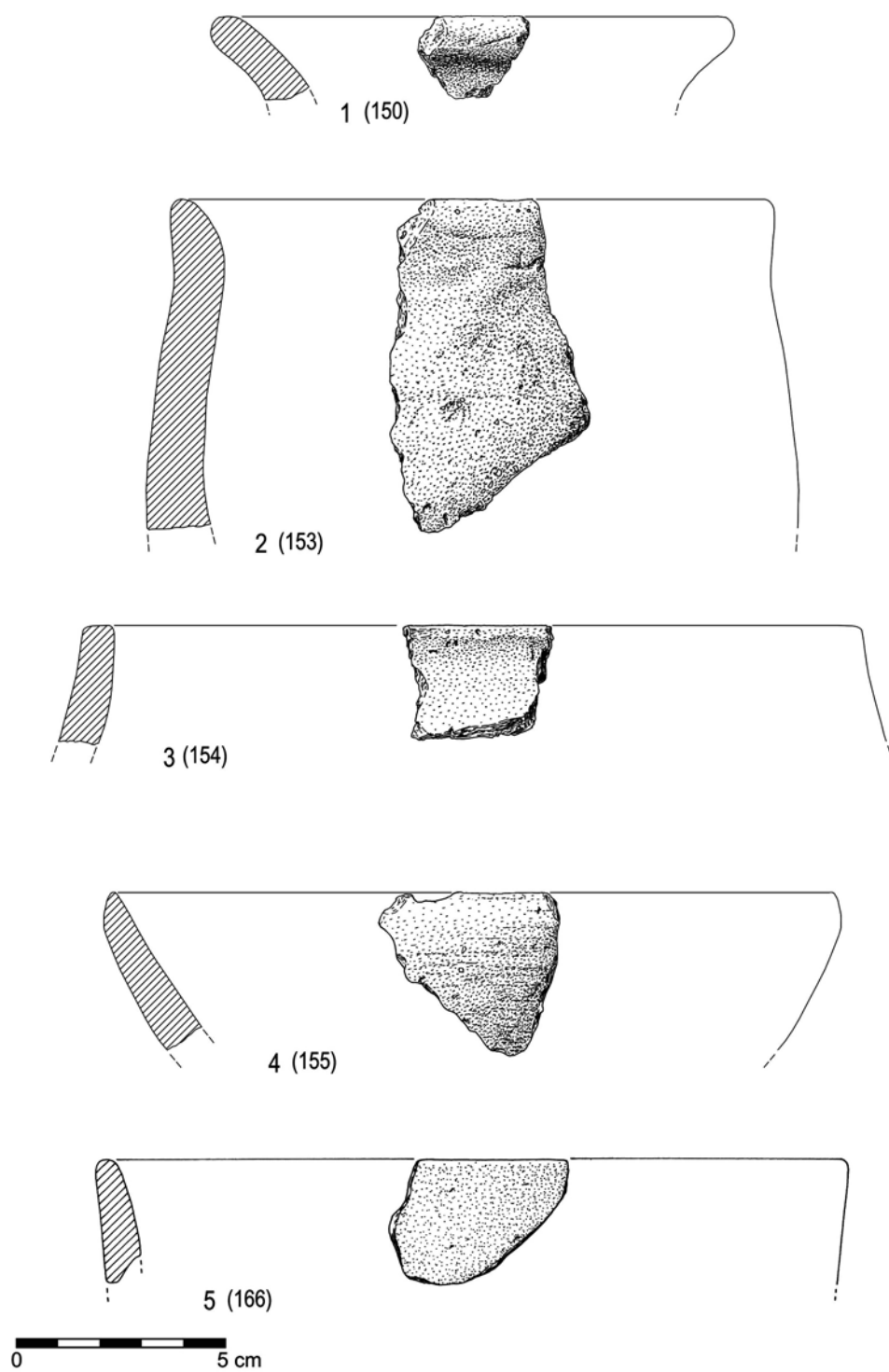


Fig. 32 - Outurela I. Cerâmica manual.

### 3.1.2 – Outurela II

O conjunto cerâmico recolhido em Outurela II é mais reduzido que o anterior, somando apenas 111 exemplares (81 NMI), apresentando, contudo, a mesma diversidade ao nível das categorias cerâmicas (ânforas – 2,47%, cerâmica de engobe vermelho – 1,23%, cerâmica cinzenta – 29,63%, cerâmica comum – 65,43%, cerâmica manual – 1,23%).

As **ânforas** estão representadas por cinco fragmentos (2 NMI), integrando exclusivamente as produções da área do Tejo. Os dois exemplares que permitiram uma classificação tipológica (Fig. 33, n.º inv. 29, 41) cabem-se no Tipo 4 do estuário do Tejo, que, como já foi referido, corresponde a uma morfologia típica da segunda metade do 1.º milénio a.C. (SOUSA & PIMENTA, 2014). Os restantes consistem em pequenos fragmentos de asa, exibindo uma secção circular (dois exemplares, Fig. 33 n.º inv. 38) ou oval com sulco na zona externa (um exemplar, Fig. 33, n.º inv. 39).

Tal como em Outurela I, a **cerâmica de engobe vermelho** está representada apenas por um exemplar (1 NMI, Fig. 33, n.º inv. 55), que corresponde a um prato de bordo aplanado do tipo 3Aa da Rua dos Correeiros (SOUSA, 2014, p. 121-122), com vestígios de engobe na superfície interna. Também neste caso, as características do fabrico se enquadram no Grupo I da Rua dos Correeiros.

A **cerâmica cinzenta** continua a ser a mais expressiva na categoria do serviço de mesa, contando com 30 fragmentos (24 NMI), dos quais quatro (4 NMI) não permitiram uma classificação precisa. Os fabricos identificados são idênticos aos de Outurela I (Grupos II e III da Rua dos Correeiros).

As tigelas de perfil hemisférico da variante 1Aa não estão tão bem representadas como no caso anterior, totalizando apenas cinco exemplares (6 NMI, Fig. 33, n.º inv. 48, 50, 57, 107), seguindo-se as de paredes mais rectilíneas da variante 1Ab (3 NMI, Fig. 34, n.º inv. 106, 98, 108).

Os potes de pequena dimensão destinados ao consumo de líquidos são mais expressivos numericamente, tendo sido possível identificar as variantes 3Ab (1 NMI, Fig. 34, n.º inv. 5) e, sobretudo, a 3Ba (9 NMI, Fig. 34, n.º inv. 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 37, 102). Destaca-se ainda a presença de um outro fragmento de bordo que se integra, muito provavelmente, na série 4 da Rua dos Correeiros, não tendo sido possível determinar uma variante concreta devido ao seu estado de fragmentação (1 NMI, Fig. 34, n.º inv. 9).

Entre a cerâmica cinzenta de Outurela II, contam-se ainda seis fragmentos de fundo, cinco de perfil convexo (Fig. 35, n.º inv. 34, 35, 36) e um plano, com pé destacado.

A **cerâmica comum** é, uma vez mais, a categoria mais abundante, com 73 fragmentos (53 NMI), cinco dos quais (5 NMI) não permitiram uma classificação tipológica. As características de fabrico ajustam-se a dois dos grupos definidos para a Rua dos Correeiros (Grupo I e Grupo III). Um único exemplar (Fig. 36, n.º inv. 12) apresenta uma pasta mais grosseira e pouco cuidada ao nível das superfícies, podendo eventualmente corresponder a uma produção local.

Entre o grupo das tigelas, as de perfil hemisférico (variante 1Aa) são maioritárias (10 NMI, Fig. 35, n.º inv. 13, 14, 11, 10, 52, 54, 56), seguindo-se as da variante 1Ac (2 NMI, Fig. 36, n.º inv. 19, 101). Tal como em Outurela I, um único exemplar permite a sua integração na variante 1Bd (1 NMI, Fig. 36, n.º inv. 12).

Entre as formas fechadas, a variante 10Aa é maioritária, com 15 exemplares (15 NMI, Fig. 36, n.º inv. 58, 33, 28, 42, 24, 25, 40, 44, 47, 100). Da sub-variante 10Aa.1, decorada com caneluras na parte superior do corpo, identificou-se apenas um bordo (1 NMI, Fig. 36 n.º inv. 16), apesar de três outros fragmentos de parede pertencerem também a este sub-tipo (Fig. 36, n.º inv. 15, 20, 111). Uma vez mais, é possível observar a predominância do grupo de fabrico III estabelecido para a Rua dos Correeiros para esta forma.

Outras variantes de potes e/ou panelas estão também representados, concretamente a variante 10Ba (3 NMI, Fig. 37, n.º inv. 27, 30), 10Bb (8 NMI, Fig. 37, n.º inv. 21, 22, 23, 43, 51, 99), a 10Ca (2 NMI, Fig. 37, n.º inv. 26, 32) e a 10Cb (1 NMI, Fig. 37, n.º inv. 31).

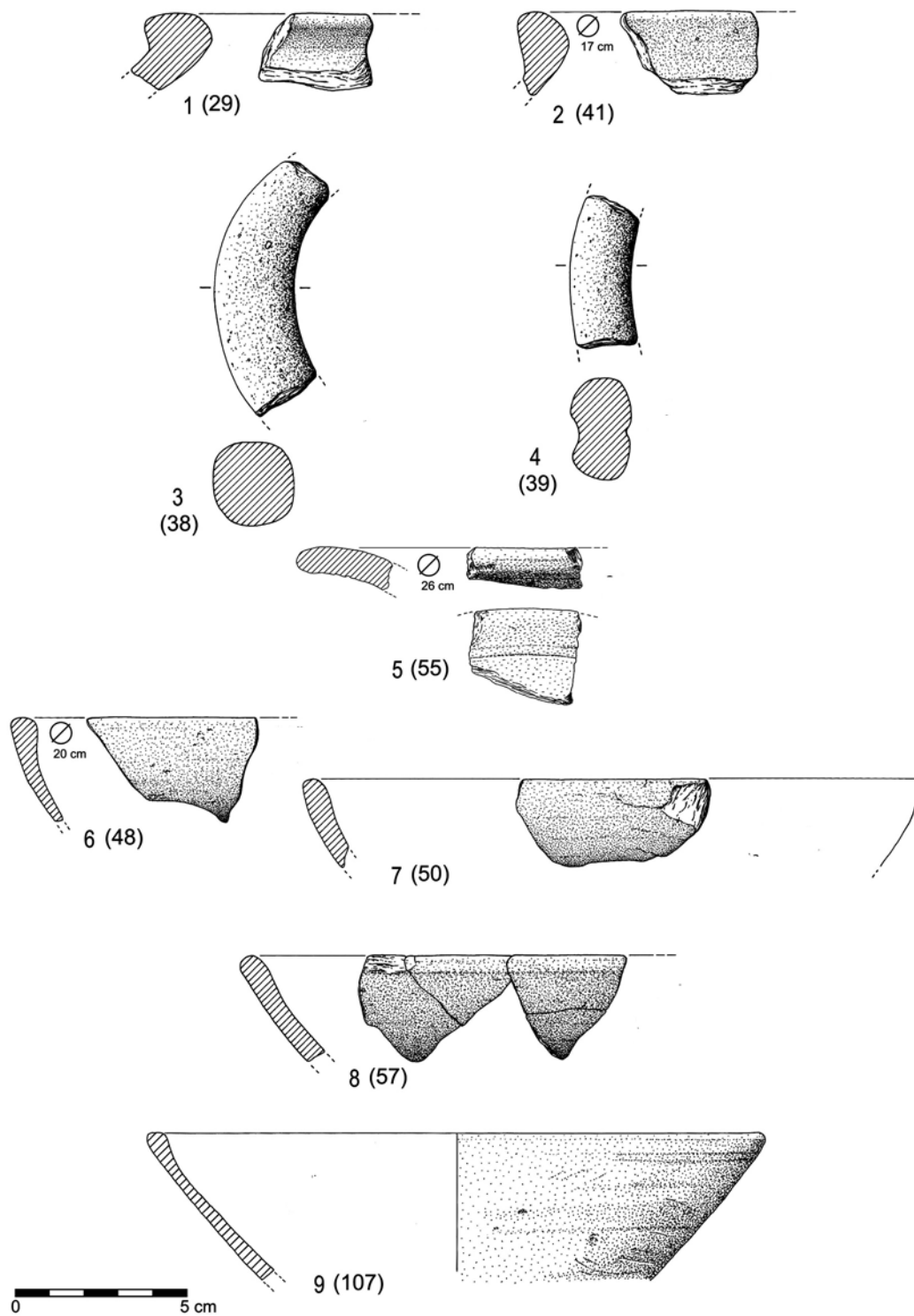


Fig. 33 – Outurela II. Cerâmicas cinzentas, exceptuando-se o exemplar com o n.º inv. 55, produção de engobe vermelho.

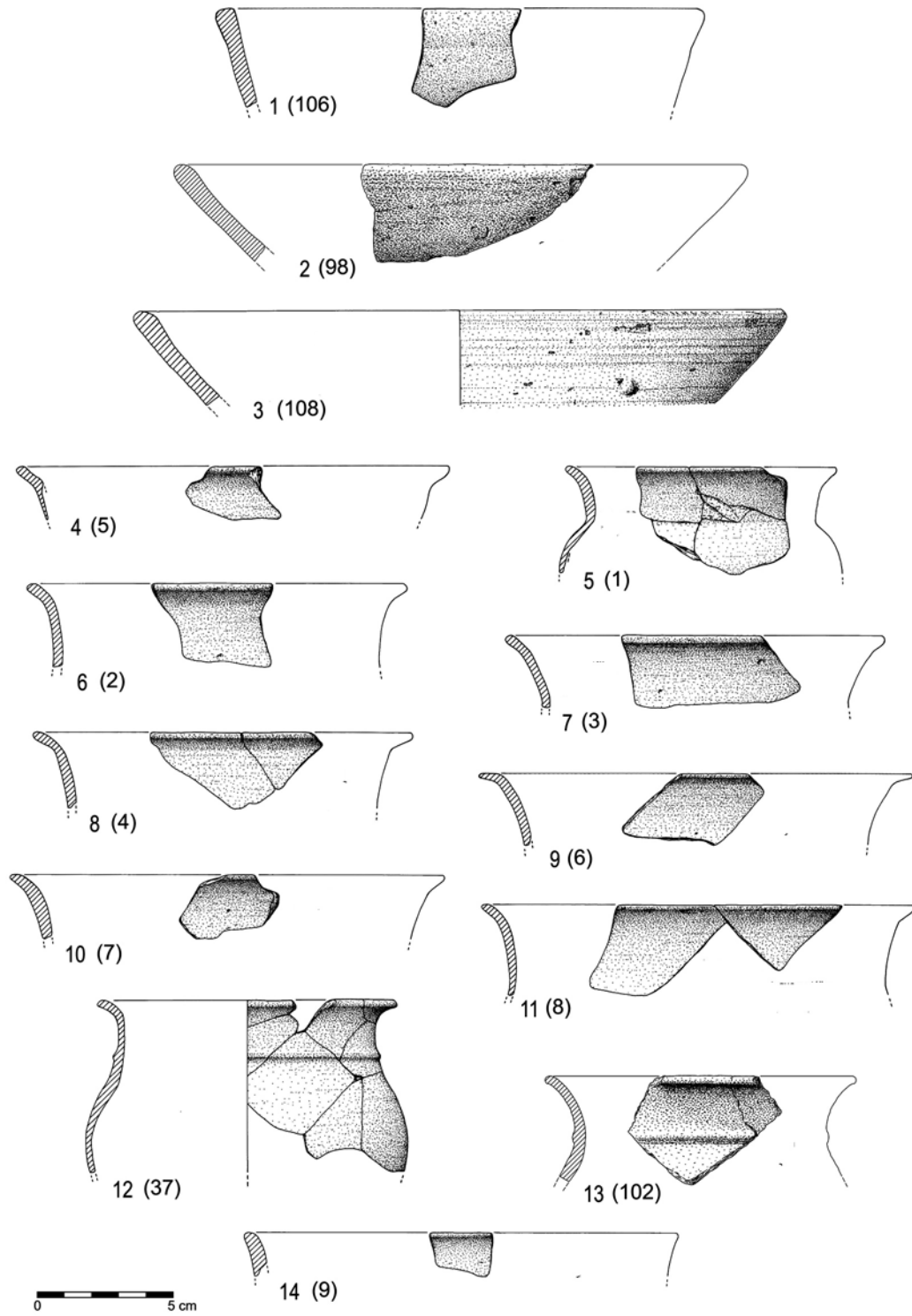


Fig. 34 - Outurela II. Cerâmicas cinzentas.

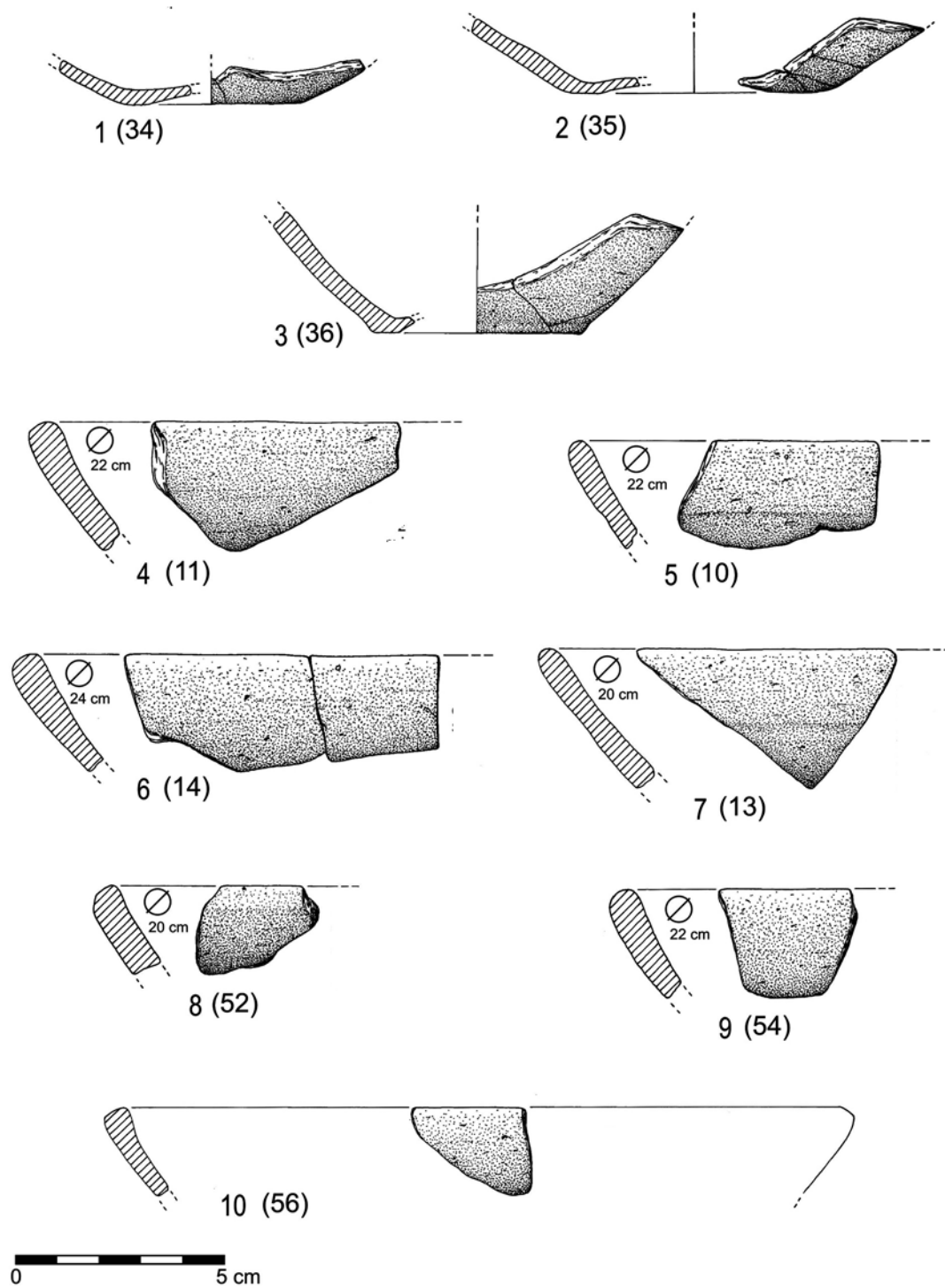


Fig. 35 - Outurela II. Cerâmicas cinzentas (n.º inv. 34, 35 e 36) e comum (as restantes).

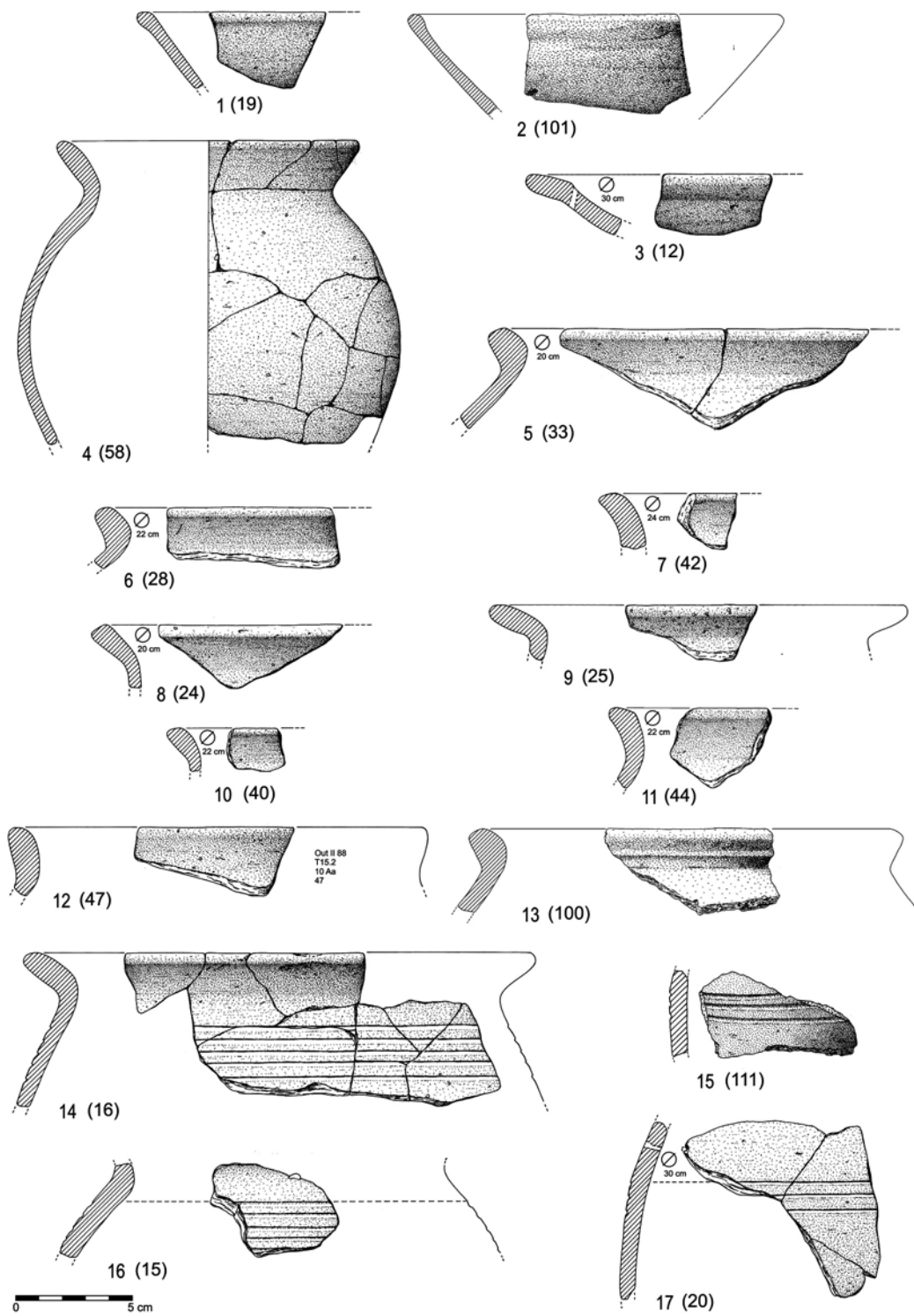


Fig. 36 – Outurela II. Cerâmica comum.

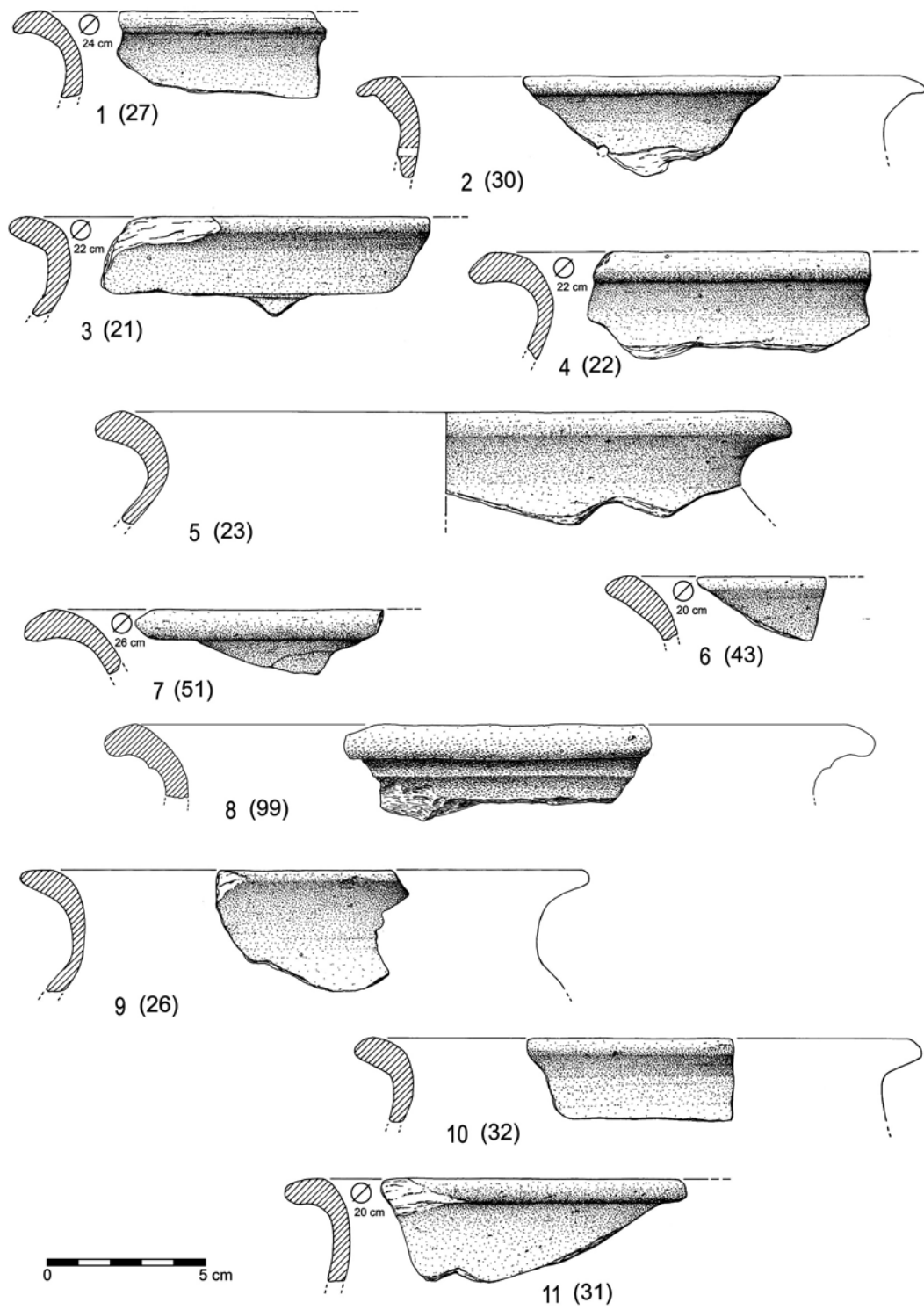


Fig. 37 - Outurela II. Cerâmica comum.



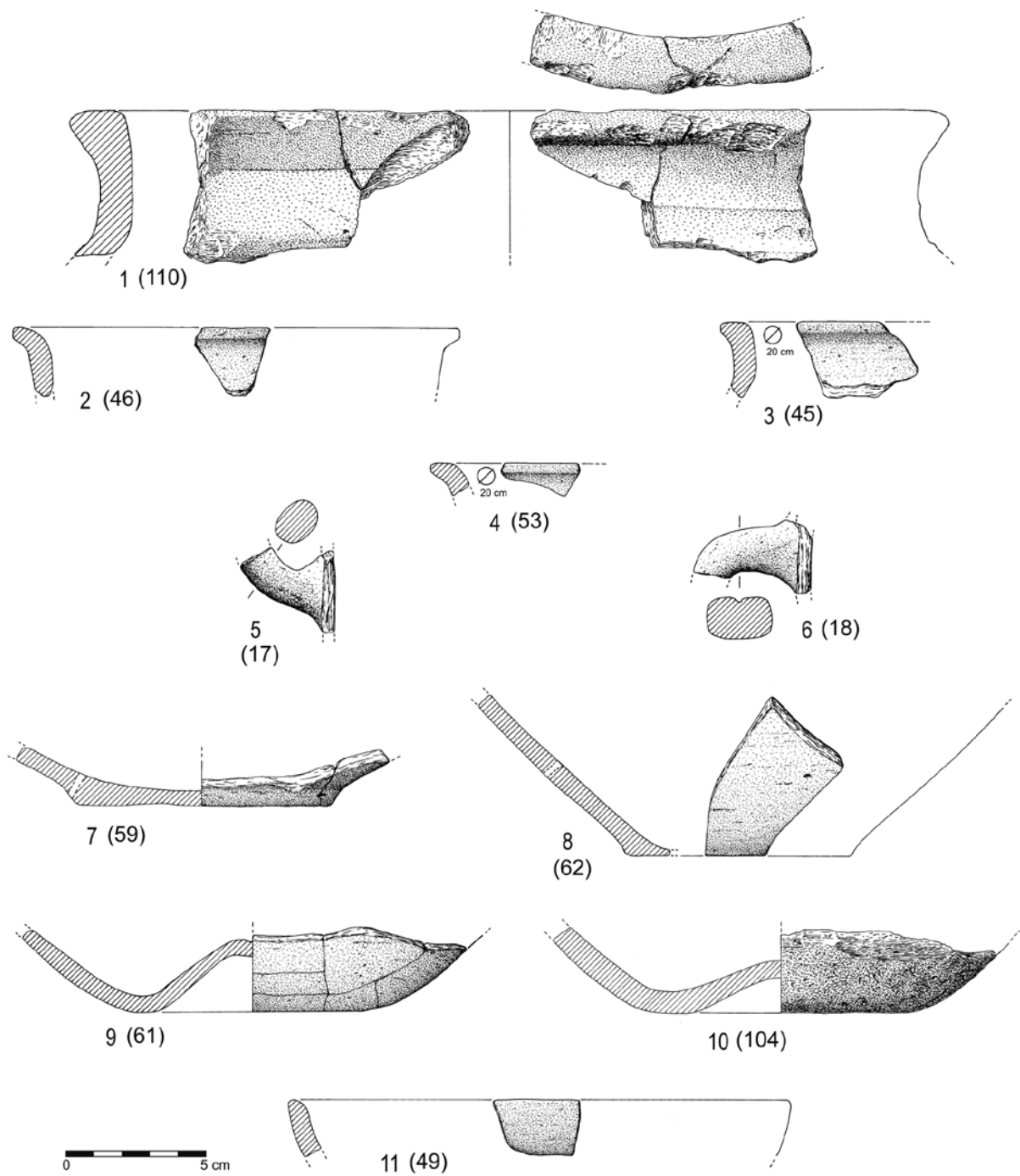


Fig. 38 – Outurela II. Cerâmica manual (n.º inv. 49) e comum (as restantes).

Deve ainda referir-se a identificação de cinco bordos (5 NMI, Fig. 38, n.º inv. 45, 46, 53, 110) que exibem características morfológicas um pouco mais arcaicas, podendo ainda integrar-se na categoria dos *pithoi*. Com efeito, uma destas peças, que infelizmente não permitiu uma representação gráfica, exhibe ainda o arranque da asa, de secção ovalada, que parte do bordo, enquanto a maioria dos restantes mostram perfis que se enquadram nas variantes mais evolucionadas desta forma (Fig. 38, n.º inv. 45, 46, 53). A presença destes materiais pode ser interpretada num quadro de maior antiguidade de Outurela II, podendo remontar ainda à segunda metade do séc. VI a.C., situação que se verificou também em outros núcleos da Península de Lisboa, como é o caso de Baútas, Moinhos do Filipinho, Casal de Vila Chã Sul e Santa Eufémia (SOUSA, 2014).

O conjunto de cerâmica comum de Outurela II conta ainda com quatro fragmentos de asa, de secção circular (3 fragmentos, Fig. 38, n.º inv. 17) e oval com um pequeno sulco externo (1 fragmento, Fig. 38, n.º inv. 18), e com 13 fragmentos de fundo de plano, com pé destacado (4 fragmentos, Fig. 37, n.º inv. 59, 62), convexo de pé também destacado (1 fragmento) e em ônfalo (8 fragmentos, Fig. 38, n.º inv. 61, 104).

A **cerâmica manual** é menos expressiva do que em Outurela I, estando representada por um único fragmento (1 NMI, Fig. 38, n.º inv. 49), que corresponde a uma tigela de perfil aparentemente hemisférico. As características do seu fabrico são idênticas às de Outurela I, evidenciando um fabrico local.

### 3.2 – Objectos metálicos

De Outurela I provém fíbula anular hispânica, de bronze, com um diâmetro de 4,1 cm, pertencendo ao grupo das de dimensão média (Fig. 39). Conserva ainda o aro, de secção circular, o arco e o fuzilhão. A mola é bilateral e pouco desenvolvida (três espiras), de corda interior ao arco e oito espiras na zona de descanso. Integra o tipo Ponte 14 a (PONTE, 2006). A cronologia geralmente aceite para este tipo de fíbulas situa-se entre os finais do século VI e o início do século IV a.C. Este tipo de fíbula é frequente na região, estando presente em boa parte dos sítios desta cronologia, concretamente em Moinhos da Atalaia (PINTO & PARREIRA, 1978), Freiria (CARDOSO & ENCARNAÇÃO, 2013) e em Lisboa, na Rua dos Correeiros (SOUSA, 2014).

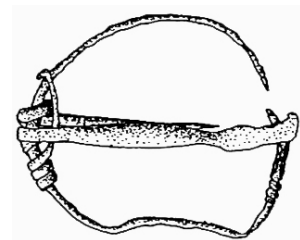


Fig. 39 – Fíbula anular hispânica.  
Diâmetro máximo de 4 cm.

### 3.3 – Materiais líticos

Os materiais recolhidos correspondem a utilizações ocasionais, exceptuando os dois elementos de mós manuais de Outurela II, que evidenciam a existência de uma economia cerealífera, cuja importância seria por certo superior à representada pelos dois pequenos fragmentos encontrados.

#### 3.3.1 – Outurela I

Dois seixos de quartzito desprovidos de afeiçoamento podem ter sido utilizados como acumuladores de calor, associados a estruturas de combustão. Porém, na única reconhecida, não foi identificada nenhuma peça deste tipo.

#### 3.3.2 – Outurela II

Dois seixos de basalto, fracturados transversalmente, poderão ter sido utilizados como elementos acumuladores de calor, à semelhança dos dois recolhidos em Outurela I.

Um seixo de quartzito, achatado, possui vários levantamentos de lasca, sub-horizontais, podendo corresponder a um núcleo paleolítico reaproveitado.

Recolheram-se ainda dois fragmentos de mós manuais, ambos de arenito silicioso. Um deles pertence ao dormente, com superfície de trabalho aplanada.

### 3.4 – Restos faunísticos

São residuais os restos faunísticos recuperados, contrastando, por exemplo, com a realidade evidenciada na estação do Bronze Final da Tapada da Ajuda, implantada, tal como estas, em terrenos do “Complexo Vulcânico de Lisboa”. Desta forma, a sua escassez não poderá ser atribuída a circunstâncias pós-deposicionais, relacionadas com a geoquímica dos terrenos.

#### 3.4.1 – Outurela I

Dois fragmentos de dentes jugais, um deles atribuível a esquirola de dente superior de *Ovis aries/Capra hircus*, correspondendo o outro a lobo de um M/1-2 de *Bos taurus* de pequenas dimensões, com desgaste forte, são os únicos elementos classificáveis recolhidos.

#### 3.4.2 – Outurela II

Apenas foi possível classificar três fragmentos ósseos, todos eles pertencentes *Ovis aries/Capra hircus*; trata-se de um fragmento de M – 3, de uma porção distal de húmero, conservando parte da superfície articular com o rádio, e de uma primeira falange inteiramente escurecida pela acção do calor.

## 4 – INTEGRAÇÃO CULTURAL

Outurela I e II são sítios paradigmáticos para o estudo da ocupação humana do estuário do Tejo durante a segunda metade do 1.º milénio a.C. As características da sua implantação, em encostas suaves, pouco destacadas na paisagem, e com visibilidade limitada sobre a área envolvente (CARDOSO & CARREIRA, 1993, p. 202) correspondem a um modelo de povoamento rural que se desenvolve, de forma exponencial, a partir de momentos avançados do século VI a.C. e, sobretudo, no século V a.C.

Com efeito, foi a partir dessa época que se assistiu a uma autêntica eclosão desta rede de pequenos núcleos populacionais em todo o sul da Península de Lisboa, da qual fazem parte sítios como Moinhos da Atalaia, Moinhos do Filipinho, Casal de Vila Chã Sul e Fiat-Alfragide, na Amadora (SOUSA, 2014), Freiria, em Cascais (CARDOSO & ENCARNAÇÃO, 2013), a Sepultura do Rei Mouro, em Sintra (SOUSA, 2014), Gamelas 3 (CARDOSO & SILVA, 2013) e Leião (CARDOSO *et al.*, 2010-2011), em Oeiras, ainda que neste último caso a cronologia possa recuar ligeiramente.

Na origem desta situação, terão estado as transformações que ocorreram na foz estuário do Tejo a partir de finais do século VI a.C. Refira-se, a propósito, que a mesma realidade pode ser também rastreada na maior parte das áreas do sul peninsular tocadas pela colonização fenícia, como é o caso da Andaluzia, da Extremadura espanhola e da área ibérica, e expressou-se em todas as regiões por evidentes regionalismos na produção cerâmica.

No litoral centro-atlântico da Península Ibérica, observa-se, a partir de meados do 1.º milénio a.C., a uma profunda reorganização do povoamento que, durante os séculos anteriores, se concentrava sobretudo nas áreas ribeirinhas do estuário, com o surgimento de sítios de altura, bem destacados na paisagem.

É o caso de Lisboa e do Almaraz (Almada), cujas fundações remontam ao final do século VIII/inícios do VII a.C., mas permaneceram ocupados durante toda a segunda metade do 1.º milénio a.C., sendo assim coevos dos pequenos sítios do *hinterland*. Retomou-se assim, de algum modo, um modelo de povoamento registado no Bronze Final (CARDOSO, 1995, 1996) que foi aparentemente abandonado no início da Idade do Ferro.

Paralelamente à reocupação das terras férteis do chamado “Complexo Vulcânico de Lisboa”, feita de pequenos sítios dispersos, observa-se uma significativa alteração do repertório formal de praticamente todas as categorias cerâmicas, que vai adquirir, a partir desta fase, características marcadamente regionais (SOUSA, 2014).

A análise dos repertórios cerâmicos dos sítios rurais revela coincidências artefactuais que vão além da mera similitude morfológica, envolvendo também especificidades de fabrico que estão bem documentadas quer na baixa lisboeta (SOUSA, 2014, p. 280) quer em Outurela I e II. Infelizmente, para Almaraz não há ainda informação suficiente para abordar a ocupação humana na 2.<sup>a</sup> Idade do Ferro, ainda que alguns dados, nomeadamente das ânforas (BARROS & SOARES, 2004), da cerâmica de engobe vermelho (BARROS, CARDOSO & SABROSA, 1993) e da cinzenta (HENRIQUES, 2006), apontem no mesmo sentido. A existência de sítios abertos, de características rurais, no mesmo espaço geográfico e coevos da ocupação da 2.<sup>a</sup> Idade do Ferro de Almaraz, estão representados por diversas ocorrências, como a da Quinta da Torre (CARDOSO & CARREIRA, 1997-1998).

Mais difícil é interpretar o real significado desta rede de sítios rurais no contexto regional. A sua vocação agro-pastoril parece indiscutível, não sendo, contudo, claro se a produção se destinava, mesmo que parcialmente, ao abastecimento dos povoados de maiores dimensões, ou, pelo contrário, se inscrevia numa lógica de auto-subsistência. Se admitirmos esta última situação, teremos, necessariamente, que associar este incremento do povoamento rural no sul da Península de Lisboa a pressões demográficas ocorridas nos grandes núcleos urbanos da foz do estuário, materializando-se uma realidade que foi já denominada de “colonização interna” (ARRUDA, 2005). Qualquer das hipóteses esbarra, contudo, na ausência de dados concretos que permitam compreender, de forma mais detalhada, a evolução urbana de Lisboa e de Almaraz, no decorrer da 2.<sup>a</sup> metade do 1.<sup>o</sup> milénio a.C. No entanto, importa ter presente o facto de os elementos recolhidos nas escavações de emergência que têm decorrido no subsolo de Lisboa terem evidenciado assinalável densidade de ocupação nas encostas sul e oeste da colina do castelo de São Jorge durante o século V a.C., momento em que o povoado atingiu a sua maior extensão (SOUSA, 2014, p. 38). Tal evidência pode traduzir um aumento considerável da área ocupada e, deste modo, o da população residente, o que, no entanto, não chega para validar qualquer uma das duas hipóteses acima enunciadas. Com efeito, se o aumento da população residente na urbe lisboeta pode ter provocado uma expansão para os espaços rurais, com a conseqüente auto-suficiência das comunidades que ali se fixaram, também não é menos provável que o referido aumento populacional tenha provocado uma maior necessidade de bens alimentares, com a conseqüente procura e abastecimento a partir das áreas rurais periféricas. Deste modo, impõe-se uma terceira alternativa, conferindo a estes pequenos sítios rurais características auto-suficientes, permitindo, além disso, com produtos agro-pecuários ali produzidos, o abastecimento de povoados de maiores dimensões, como os acima referidos, podendo encontrar-se com estes funcionalmente relacionados.

Porém, este modelo, de evidentes contornos processualistas (povoados da margem, de grande dimensão e forte densidade populacional a serem responsáveis pela fundação programada dos pequenos sítios de planície no *hinterland*, que os abasteciam de produtos alimentares), que já foi defendido em ocasiões diversas, e separadamente, pelos três autores destas linhas (CARDOSO, 1990, 2004; ARRUDA, 1999-2000; 2005; SOUSA, 2013, 2014), parece excessivamente reducionista e pode não estar absolutamente adequado à realidade. Com efeito, esta disseminação do povoamento em âmbito rural em meados do 1.<sup>o</sup> milénio a.C. é, como já antes referimos, recorrente em várias áreas da Península Ibérica, nomeadamente no Alentejo e na Extremadura espanhola, não podendo ser defendido, para a grande maioria destas situações, uma ligação à produção agrícola ou à actividade agro-pecuária, pelo menos no sentido de que estas serviam para abastecer centros políticos e administrativos urbanos, mesmo que os sítios se possam considerar rurais. De facto, os modelos Centro/Periferia podem também não serem aplicáveis no caso da Península de Lisboa, parecendo importante recordar aqui que a dicotomia cidade/campo deve ser tomada em consideração nesta análise. Até porque em alguns destes sítios rurais, alguns espólios podem considerar-se de excepção, como é o caso de Freiria (CARDOSO & ENCARNÇÃO, 2013), com artefactos de pastas vítreas e sobretudo o fecho de cinturão e o punho de espeto a evidenciar população não inteiramente compatível com meros agricultores e pastores. Ainda assim, a estreita relação entre os diversos sítios, quer entre os rurais entre si, quer entre estes e os

“urbanos”, como Lisboa, é, evidentemente, inquestionável. Assim, e de acordo com as considerações anteriores, é possível admitir que as conexões entre os sítios “rurais” e “urbanos” do Sul da Península de Lisboa se enquadrem mais em modelos de coordenação do que propriamente de subordinação. Tratava-se, de facto, de acções programadas, de forma a que certas actividades saíssem da esfera urbana propriamente dita.

## 5 – CONCLUSÕES

Os elementos reunidos em Outurela I e II colocam algumas questões quer quanto à sua natureza, quer no que se refere à relação funcional existente entre ambas, já que o seu significado funcional, visto num quadro geográfico mais alargado, foi matéria discutida no capítulo anterior.

A proximidade entre ambos os locais, separados por apenas 500 m, obriga a considerar a possibilidade de se tratar de um único sítio. Contudo a discrepância cronológica, pelo menos parcial, existente entre ambos deve ser tomada em consideração.

Tendo presentes as informações carreadas pelos materiais arqueológicos agora estudados com detalhe, poderia admitir-se que Outurela II corresponderia ao núcleo primigénio, cuja fundação remontaria a momentos avançados do século VI a.C. E se esta tipologia de sítios correspondesse, efectivamente, a núcleos de carácter familiar, é admissível supor que, durante o séc. V a.C., o alargamento do círculo doméstico justificou a construção de um outro edifício em Outurela I. Uma segunda possibilidade pode, no entanto, ser colocada: no século V a.C., todo o núcleo familiar ter-se-ia transferido para a área de Outurela I por motivos que não podemos intuir, ainda que possam estar relacionados com o declínio das frágeis estruturas habitacionais ali identificadas.

De facto, enquanto Outurela II oferece alguns materiais de cronologia mais antiga (vasos afins de *pithos*), que podem recuar até à segunda metade do século VI a.C., em Outurela I esses elementos estão ausentes havendo, em contrapartida, materiais de cronologias mais tardias, como é o caso do conjunto de pratos de cerâmica cinzenta, que remetem para momentos avançados do século IV a.C.

Do ponto de vista da economia alimentar, e sem prejuízo das considerações atrás apresentadas quanto ao significado destes sítios no espaço geográfico da região ribeirinha do estuário do Tejo, importa referir que, no conjunto, se encontram documentadas a produção de cereais e a respectiva farinhação, bem como a presença de animais domésticos, bovinos e ovino/caprinos. A escassez de restos faunísticos pode ser explicada pela carne se poder destinar essencialmente a um consumo não local, sem esquecer que se escavaram espaços domésticos, de onde o lixo seria recorrentemente evacuado, pelo que a raridade daqueles restos pode ser assim em parte explicada. Já a raridade dos elementos de farinhação poderá sugerir, ao contrário do que acontecia no Bronze Final, uma actividade agro-pecuária não centrada na cerealicultura.

## REFERÊNCIAS

- ARRUDA, A. M. (1999-2000) – *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)*. Barcelona: Publicaciones del Laboratorio de Arqueología de la Universidad Pompeu Fabra (Cuadernos de Arqueología Mediterránea, n.ºs 5-6).
- ARRUDA, A. M. (2005) – O 1.º milénio a.n.e. no Centro e no Sul de Portugal: leituras possíveis no início de um novo século. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 3, p. 9-156.
- BARROS, L. & SOARES, A. M. (2004) – Cronologia absoluta para a ocupação orientalizante da Quinta do Almaraz, no estuário do Tejo (Almada, Portugal). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 22, p. 333-352.

- BARROS, L.; CARDOSO, J. L. & SABROSA, A. (1993) – Fenícios na margem sul do Tejo. Economia e integração cultural do povoado de Almaraz – Almada. *Estudos Orientais*. Lisboa, 4, p. 143-181.
- CARDOSO, G. & ENCARNAÇÃO, J. (2013) – O povoamento pré-romano de Freiria – Cascais. *Cira*. Vila Franca de Xira, 2, p. 133-180.
- CARDOSO, J. L. (1987) – No estuário do Tejo, do Paleolítico à Idade do Ferro. In: *Arqueologia no vale do Tejo*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, p. 69-81.
- CARDOSO, J. L. (1990) – A presença oriental no povoamento da I Idade do Ferro na região ribeirinha do estuário do Tejo. *Estudos Orientais*. Lisboa, 1, p. 119-134.
- CARDOSO, J. L. (1995) – O Bronze Final e a Idade do Ferro na região de Lisboa: um ensaio. *Conimbriga*. Coimbra, 34, p. 33-74.
- CARDOSO, J. L. (1996 a) – O povoamento no Bronze Final e na Idade do Ferro na região de Lisboa. In: *De Ulisses a Viriato, o primeiro milénio a. C. Catálogo da exposição realizada no Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa, 1996)*. Lisboa: Instituto Português de Museus, p. 73-81.
- CARDOSO, J. L. (1996 b) – Comentário ao sítio arqueológico de Ourela (Oeiras). In: *Lisboa subterrânea. Catálogo da Exposição realizada no Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa. Capital Europeia da Cultura/94)*. Lisboa: Instituto Português de Museus, p. 206.
- CARDOSO, J. L. (2004) – *A Baixa Estremadura, dos finais do IV milénio a.C. até à chegada dos Romanos: um ensaio de História Regional*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras (*Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 12).
- CARDOSO, J. L. (2011) – *Arqueologia do concelho de Oeiras do Paleolítico Inferior arcaico ao século XVIII*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, J. L. & CARREIRA, J. R. (1993) – Le Bronze Final et le début de l'Âge du Fer dans la région riveraine de l'estuaire du Tage. *I Congresso Mediterrânico de Etnologia Histórica (Lisboa, 1991)*. Actas. *Mediterrâneo*. Lisboa, 2, p. 193-206. De col. com J. R. Carreira.
- CARDOSO, J. L. & CARREIRA, J. R. (1997-1998) – A ocupação de época púnica da Quinta da Torre (Almada). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras, 7, p. 189-217.
- CARDOSO, J. L. & SILVA, C. T. (2013) – O casal agrícola da Idade do Ferro de Gamelas 3 (Oeiras). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 5 (2), p. 353-398.
- CARDOSO, J. L.; SILVA, C. T.; MARTINS, F. & ANDRÉ, C. (2010-2011) – O casal agrícola da I Idade do Ferro de Leião (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras, 18, p. 75-102.
- HENRIQUES, S. (2006) – A cerâmica cinzenta da Idade do Ferro da Quinta do Almaraz (Almada, Cacilhas). Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 1 volume. Edição policopiada.
- PINTO, C. V. & PARREIRA, R. (1978) – Contribuição para o estudo do Bronze Final e do Ferro Inicial a norte do estuário do Tejo. *III Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa, 1977)*. Actas. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 147-163.
- PONTE, S. da (2006) – *Corpus signorum das fibulas proto-históricas e romanas de Portugal*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- RAMON TORRES, J. (1995) – *Las ánforas fenicio-púnicas del Mediterráneo central e occidental*. Barcelona: Universitat.
- SOUSA, E. & PIMENTA, J. (2014) – A produção de ânforas no Estuário do Tejo durante a Idade do Ferro. *Actas do II Congresso Internacional da SECAH*. Braga, p. 267-279.
- SOUSA, E. (2013) – A ocupação da foz do Estuário do Tejo em meados do I.º milénio a.C. *Cira*. Vila Franca de Xira, 2, p. 103-117.
- SOUSA, E. (2014) – *A ocupação pré-romana da foz do Estuário do Tejo*. Estudos e Memórias, 7. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.